



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE SANTA TEREZA DO OESTE**

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SANTA TEREZA DO OESTE-PR

PRODUTO 2- ATI PARTE I





Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

**Prefeito:
ELIO MARCINIAK**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 286/2021

REF.: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2021.

Setembro/2022



APRESENTAÇÃO

Após muito trabalho e consultas públicas, é com grande satisfação e honra que apresentar aos munícipes de Santa Tereza do Oeste a revisão do Plano Diretor Municipal, como forma de orientação para tomadas de decisões públicas para o próximo decênio. Este documento ficará à disposição para a devida apreciação, levando em conta aspectos legais, as aspirações da população e as prioridades do desenvolvimento sustentável do município de Santa Tereza do Oeste.

Importante que aqui seja informado que a revisão é uma exigência legal, citado no Estatuto da Cidade, pela Lei federal 10247/2001, e nas normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do art. 141, da constituição estadual, conforme Lei Estadual do Paraná, 15.229/2006, sendo que a presente revisão seguiu todos os trâmites e o escopo mínimo previstos e exigido por estas Leis.

Este documento tem como objetivo apresentar uma leitura técnica e comunitária, sobre a realidade do município. Para isso, foi realizado um diagnóstico a partir de audiências públicas e uma análise das tendências do cenário atual, que subsidiaram a definição dos principais eixos estratégicos que nortearão a construção deste novo Plano Diretor Municipal. Isto seria uma introdução para a ATI, não para a REVISÃO DO PDM como um todo.

O que está descrito nestas páginas foi resultado de um árduo trabalho de levantamento e compilação de dados que foi enriquecido pelo debate democrático e aperfeiçoado pela crítica construtiva e fundamentada, de profissionais de cada área específica, os representantes do legislativo, profissionais da área pública e a população local.

O Plano Diretor Municipal é um documento que direciona a regulamentação do planejamento ordenado do território de nosso município. Assim, nele encontramos as referências para que seja assegurada a continuidade do crescimento e desenvolvimento do município de Santa Tereza do Oeste.

Desta forma, espera-se que nos próximos anos, este crescimento possa ser contínuo, dinâmico e duradouro, através da participação constante dos cidadãos na apresentação e apreciação de novas ideias e projetos, que sejam aprovadas com garantia do controle democrático da comunidade na execução das propostas indicadas.

ELIO MARCINIAK
Prefeito Municipal



PREFÁCIO

Através da Lei do Plano Diretor Municipal se define a função social da cidade e da propriedade urbana, além de organizar o crescimento e o funcionamento do município. Consiste em um pacto sociopolítico da sociedade em direção a uma cidade mais humana, participativa, inovadora, inclusiva, funcional, sustentável e que ofereça qualidade de vida para a população. Deve apresentar uma visão de futuro para as próximas décadas, orientando o desenvolvimento do município.

Com esta visão, este documento apresenta a revisão do Plano Diretor do município de Santa Tereza do Oeste, Paraná, ocorrida no ano de 2022 e aprovada em 2022, sendo a segunda vez que se realiza esse processo, e de acordo com legislação federal (Estatuto das Cidades / Lei 10.257 de 10 de julho de 2001), a nova revisão deve ocorrer em até 10 anos.

Vera Lucia Biss
Coordenadora Geral



REVISÃO E ATUALIZAÇÃO: Considerações gerais sobre o planejamento e o Plano Diretor Municipal

A revisão do Plano Diretor do município de Santa Tereza do Oeste foi elaborada após análises e debates com instituições, lideranças e população. A coordenação geral foi do engenheiro Roberto Aloysio Goergen e a coordenação institucional da arquiteta e urbanista Vera Lucia Biss.

Desta forma, chegou-se às proposições de atualização, alteração, adequação e/ou mesmo a manutenção de conteúdos de leis vigentes, visando o desenvolvimento econômico e humano sustentável do município. O objetivo do estudo é inspirar e motivar a elaboração de nova estrutura administrativa municipal, visando o seu ajuste às necessidades do processo de desenvolvimento harmônico do município, levando em consideração os desafios do século XXI.

Para isso, a revisão do Plano Diretor de Santa Tereza do Oeste ocorreu de forma participativa, e está fundamentado em levantamento detalhado da realidade do município, constatando e dimensionando suas carências e prioridades e sugerindo soluções e projetos específicos.

O estudo também incorpora propostas de projetos e ações da atual administração, em todos os seus setores e apresenta propostas para a promoção e direcionamento do crescimento do município, de acordo com sua tradição e vocação econômica, social e cultural, além do bem-estar das pessoas.

A partir dos estudos, foram abertos o debate, avaliação, correção e enriquecimento, por parte da comunidade organizada. Com base nesta participação, propõe que a partir do conhecimento de seu conteúdo, se leve em conta a contribuição de entidades e especialistas, seus objetivos, diagnóstico de eventuais dificuldades, identificação de potenciais e definição de ações necessárias à continuidade e/ou aceleração do processo de desenvolvimento sustentável do município.

Roberto Aloysio Goergen
Engenheiro Civil



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
O Estatuto da Cidade e o Plano Diretor	9
1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE	12
ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA	16
2. ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE	17
2.1. ANÁLISE SITUACIONAL	17
2.2. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE – PR	27
2.2.1. Geologia	27
2.2.2. Solo e Relevo	28
2.2.3. Hipsometria	33
2.2.4. Declividade	34
2.2.5. Hidrografia	36
2.2.6. Clima	41
2.2.7. Vegetação	43
2.2.7.1. O Parque Nacional do Iguaçu	44
2.3. ASPECTOS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS	49
2.3.1. População de rua, carcerária, indígena, assentamentos, quilombolas	Erro!
Indicador não definido.	
2.4. ASPECTOS ECONOMICOS	53
2.4.1 Emprego e Renda	56



LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1. Urbanização dos municípios da Mesorregião Oeste do Paraná (1960-2000).....	14
Figura 2.1. Microrregiões do estado do Paraná	17
Figura 2.2. Localização da região Oeste do Paraná	18
TABELA 2.1 – População Censitária por município da microrregião de Cascavel, Paraná..	19
Figura 2.3. Microrregião de Capanema, Paraná.	20
Figura 2.4. PDU – Proposta Global.....	20
Figura 2.5. Centralidade dos Municípios da Mesorregião Oeste Paranaense	21
Figura 2.6. Mapa de Santa Tereza do Oeste-PR	25
Figura 2.7. Município vizinhos de Santa Tereza do Oeste, Paraná.....	24
Figura 2.8. Geomorfologia Paranaense	27
Figura 2.9. Perfil longitudinal dos Planalto Paranaense	28
Figura 2.10. Distribuição dos tipos de rochas no Terceiro Planalto Paranaense	28
Figura 2.11. Subunidades morfoestruturais	29
Figura 2.12. Mapa geológico do Paraná	30
Figura 2.13. Unidades Litoestratigráficas.....	31
Figura 2.14. Hipsométrico do Município de Santa Tereza do Oeste.....	33
Figura 2.15. Hipsométrico da área urbana do Município de Santa Tereza do Oeste.....	34
Figura 2.16. Declividade do solo no Município de Santa Tereza do Oeste-PR.....	35
Figura 2.17. Bacia do Rio Iguaçu	36
Figura 2.18. Posicionamento da bacia do rio Iguaçu.....	37
Figura 2.19. Rios e córregos de Santa Tereza do Oeste-PR	39
Figura 2.20. Áreas de Preservação Permanente-APP em Santa Tereza do Oeste-PR.....	40
Figura 2.21. Distribuição dos tipos de climas	41
Figura 2.22. Média da variação da temperatura.....	41
Figura 2.23. Média da variação da precipitação.....	42
Figura 2.24. Cobertura vegetal nativa	43
Figura 2.25. Uso da terra e remanescentes da cobertura vegetal em Santa Tereza do Oeste-PR	44
Figura 2.26. Área de influência do Parque Nacional do Iguaçu.....	46
Figura 2.27. Pirâmide Etária de Santa Tereza do Oeste (2010).....	49



LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – População Censitária por município da microrregião de Cascavel, Paraná.....	19
Tabela 2.2. Evolução da população entre 1970 a 2018	49
Tabela 2.3. Distribuição da população por faixas etárias em 2010.....	50
Tabela 2.4. Número de famílias, em domicílios particulares permanentes.....	50
Tabela 2.5. Atendimentos de serviços públicos nos domicílios – 2010	51
Tabela 2.6. Nível de instrução da população em 2010.....	51
Tabela 2.7. Indicadores e evolução do IDH-M de Santa Tereza do Oeste-PR.....	51
Tabela 2.8. Indicadores e evolução do PIB de Santa Tereza do Oeste-PR por atividades econômicas	53
Tabela 2.9. Condição do produtor em relação às terras.....	54
Tabela 2.10. Estabelecimentos agropecuários segundo as atividades econômicas – 2018.	54
Tabela 2.11. Área colhida, produção e rendimento médio em culturas temporárias – 2020.	55
Tabela 2.12. Área colhida, produção e rendimento médio em culturas permanente – 2020	55
Tabela 2.13. Efetivo dos rebanhos em 2021.....	56
Tabela 2.14. Produção de origem animal - 2020.....	56
Tabela 2.15. Classe de rendimento nominal mensal domiciliar	56
Tabela 2.16. População ocupada segundo as atividades econômicas-2010.....	57



LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço;

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil;

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais;

COPEL – Companhia Paranaense de Energia

FPJ – Fundação João Pinheiro

SISPEHIS – Sistema de Informações Sobre Necessidade Habitacionais do Paraná

ATI - Análise Temática Integrada

PDM - Plano Diretor Municipal

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

IFPR - Instituto Federal do Paraná

UNIPAR - Universidade Paranaense

FAAB - Faculdade Alfa Brasil

Famipar - Faculdade Missioneira do Paraná

FAG - Fundação Assis Gurgacz

UNIVEL - União Educacional de Cascavel

HUOP - Hospital Universitário do Oeste do Paraná

SUS - Sistema Único de Saúde

AMOP - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

SiBCS - Sistema Brasileiro de Classificação de Solos

CONAMA - Conselho nacional do Meio Ambiente

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

PDU – Plano de Desenvolvimento Urbano

PIB - Produto Interno Bruto

IAP - Instituto Ambiental do Paraná



INTRODUÇÃO

O Estatuto da Cidade e o Plano Diretor

A Lei nº 10.257, denominada Estatuto da Cidade, publicada no Diário Oficial da União em 10 de julho de 2001 veio regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo as diretrizes gerais da política urbana e instituindo os instrumentos para a garantia, no âmbito de cada município, do direito à cidade, da defesa da função social da propriedade urbana. Assim, o Plano Diretor é a ferramenta que possibilita a execução destes instrumentos.

O Estatuto da Cidade define o Plano Diretor Municipal como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão da cidade e considera que “o Plano Diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas” (art.40 §1º).

O Plano Diretor pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano. O Plano Diretor parte de uma leitura da cidade real, envolvendo temas e questões relativos aos aspectos urbanos, sociais, econômicos e ambientais, que embasa a formulação de hipóteses realistas sobre as opções de desenvolvimento e modelos de territorialização.

Os princípios constitucionais fundamentais norteadores do Plano Diretor são:

- Da função social da propriedade;
- Do desenvolvimento sustentável;
- Das funções sociais da cidade;
- Da igualdade e da justiça social;
- Da participação popular.

No seu Art. 2º estabelece as diretrizes gerais que deverão nortear a política urbana:

- Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

- Gestão democrática, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;



- Ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a utilização inadequada dos imóveis urbanos; o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana; a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; a deterioração das áreas urbanizadas;

- Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

- Recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenham resultado a valorização de imóveis urbanos, regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, considerada a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

O objetivo do Plano Diretor não é resolver todos os problemas da cidade, mas atuar como um instrumento para a definição de uma estratégia para a intervenção imediata, estabelecendo poucos e claros princípios de ação para o conjunto dos agentes envolvidos na construção da cidade, servindo de base para a gestão pactuada da cidade.

Assim, o Plano Diretor deverá englobar todo o território do município e é obrigatório para cidades onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no §4º do Art. 182 da Constituição Federal.

Das possibilidades abertas pela legislação são destaques:

- Parcelamento, edificação ou utilização compulsória do solo urbano não edificado;
- Direito de superfície;
- IPTU progressivo no tempo;
- Desapropriação com pagamento em títulos;
- Usucapião especial do imóvel urbano;
- Direito de preempção;
- Outorga onerosa do direito de construir;
- Operações urbanas consorciadas;
- Transferência do direito de construir;
- Estudo de impacto de vizinhança;
- Consórcio imobiliário.

É interessante observar que a utilização desses instrumentos está sempre vinculada à existência do Plano Diretor, o qual deverá ser discutido com a população em audiências públicas,



revisto a cada dez anos e possuir um sistema de acompanhamento e controle. Foi dado o prazo de cinco anos a partir da data de publicação da lei, para que os municípios aprovem seus planos diretores.

Uma inovação importante contida na legislação é a obrigatoriedade da participação popular no processo de elaboração dos Planos Diretores, garantindo que os diversos segmentos sociais participem nas atividades de planejar e gerir as políticas urbanas e territoriais. Nesse sentido o PDUOS - STO é uma oportunidade para estabelecer um processo permanente de planejamento, avaliando ações e corrigindo rumos.



1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

Em 1777, Portugal assinava com a Espanha o Tratado de Santo Ildefonso. Por este motivo, a Espanha reconhecia como fronteira portuguesa ocidental em território paranaense os rios Paraná e Iguaçu. O trecho do rio Paraná compreendia a margem esquerda do trajeto das Sete Quedas, até a foz do rio Iguaçu. Por sua vez, no rio Iguaçu a fronteira corria da foz deste rio no rio Paraná, em direção à montante, até encontrar a foz do rio Santo Antônio, seu afluente da margem esquerda. Desta forma, as fronteiras entre os territórios dessas duas potências Ibéricas, no trecho em questão, passaram a ser fronteiras bem definidas, tendo dois caudalosos rios separando seus domínios. Qualquer interpretação e contrário tornava-se praticamente impossível, face à clareza do tratado neste trecho da fronteira.

Em 1853, a quinta comarca de São Paulo foi elevada à categoria de Província, sendo denominada Paraná, nome do caudaloso rio que banha a ocidente. Assim a Região Oeste do Paraná começou sua trajetória como território brasileiro.

No início da ocupação do Oeste do Paraná, a densidade demográfica da região era bastante reduzida, sendo baseada na exploração da madeira e da erva-mate. A situação modificou-se com a chegada dos gaúchos, na década de 50, que buscavam novas terras em função da estagnação das atividades agrícolas e industriais no Rio Grande do Sul e com a política do governo federal em priorizar a colonização do oeste em função da fronteira, com o objetivo de garantir a soberania territorial. Na época, a ocupação baseou-se em culturas de subsistência, praticadas em pequenas propriedades com mão-de-obra familiar, caracterizando-se como uma economia fechada, devido ao próprio isolamento físico da região. Predominava a policultura com o cultivo do milho, feijão, arroz, algodão e mandioca. “A criação de bovinos, suínos e aves, serviam como complemento alimentar (carne, leite e ovos), sendo que os excedentes eram vendidos, quando havia a possibilidade de comercializá-los.” [Fonte: IBAMA, 1999].

A ocupação do Oeste do Paraná ocorreu no século XIX. O acontecimento que marcou este período foi à guerra do Paraguai (1865 a 1870). Após a guerra, o governo brasileiro cria a colônia Militar de Foz do Iguaçu (1892), que servia para proteger as fronteiras Brasil/Paraguai, e Brasil/Argentina. Este fato trouxe muita gente ao Oeste. Muitos vieram para extrair madeira, outros vieram interessados na agricultura, já que a região é formada basicamente de terra roxa. Formam-se, assim, as primeiras vilas. Motivados pela qualidade das terras e pensando em fazer futuro. A terra era doada, principalmente, aos que tivessem prestado o serviço militar. Os pioneiros vieram pela estrada do colono, hoje interdita.



Por muitos anos, o distrito foi uma área coberta por densas florestas, contendo madeira de lei, como Cedro, Lapacho, Angico, Canela, Guajovira, Timbauva, Peroba e outros. Com a ação do homem, a paisagem se modificou, restando hoje apenas pequenas reservas florestais.

No início, foi praticada a agricultura de subsistência: milho, feijão, hortaliças, mandioca, frutas, etc. O comércio desses produtos era difícil, devido a precariedade das estradas e dos meios de transporte. Atualmente planta-se para a subsistência e para a comercialização, principalmente: soja, trigo, milho e fumo.

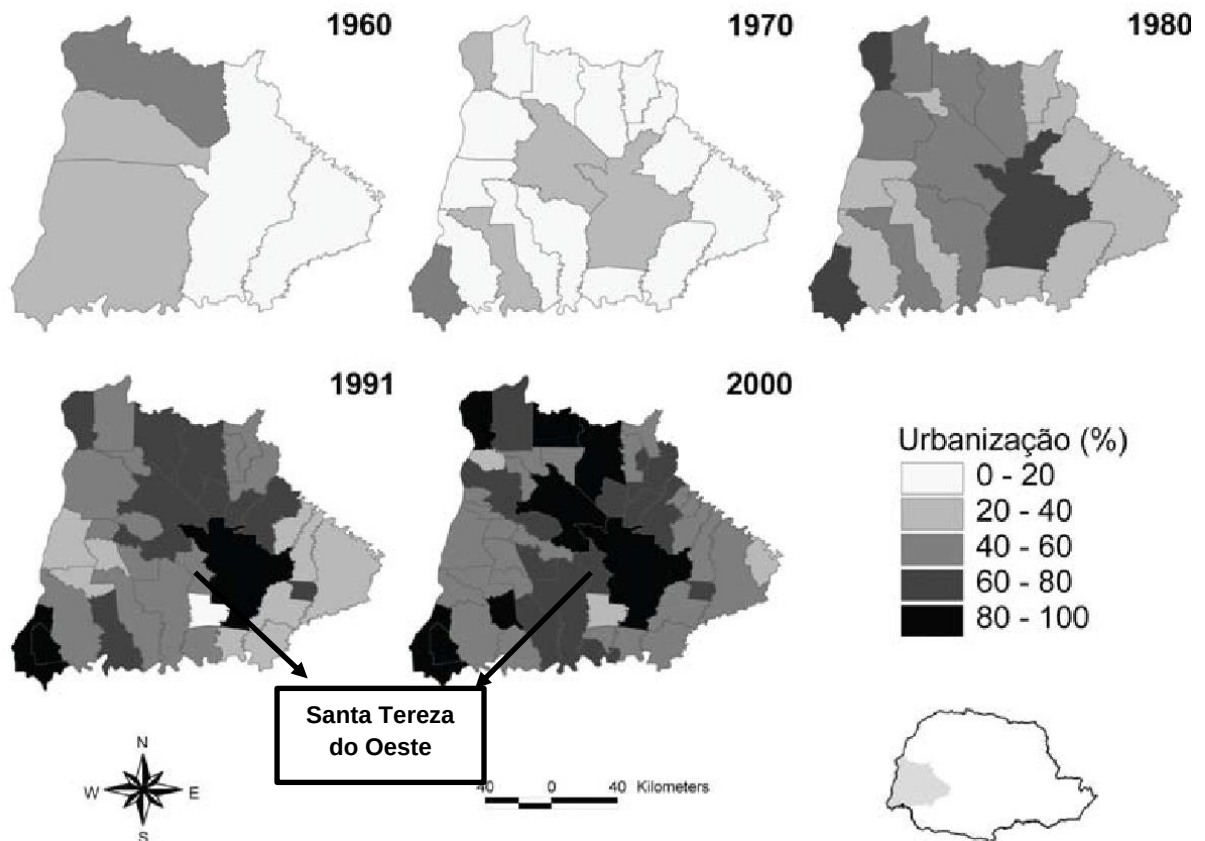
A partir de 1920, com a conclusão das primeiras obras de estrada ligando esta porção do território paranaense à capital do Estado, um novo contingente populacional ocupa as terras do Oeste, uma vez que muitos trabalhadores fixaram moradia na região, dando início a uma terceira etapa de ocupação, consolidada na década seguinte.

Nos anos de 1930, ocorre um novo momento na ocupação, com o início do movimento denominado “Marcha para o Oeste”, implantado pelo governo do presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de adensar a ocupação do território brasileiro. A marcha para o Oeste deu prosseguimento à exploração da madeira, mas introduziu a exploração agrícola.

A partir da década de 1940, algumas iniciativas governamentais, como a criação, pelo governo federal, do Território Federal do Iguaçu, em 1942, extinto em 1946, e a subsequente criação do Departamento Administrativo do Oeste, por parte do governo estadual, geraram os primeiros impulsos institucionais de ocupação e de exploração econômica da região. No final da década de 1950, os esforços efetivos para implantação de um sistema viário impulsionaram a atividade agrícola da região, privilegiada pela boa qualidade dos solos e capacidade técnica dos produtores, viabilizando a produção de excedentes para comercialização. Nesse processo, algumas correntes imigratórias se destacaram. Uma delas foi formada basicamente por agricultores de origem alemã e italiana, provenientes das áreas serranas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que paulatinamente vinham se destinando às regiões Sudoeste e Oeste do Paraná, intensificando-se em volume, particularmente nos anos 1950.

A colonização de Santa Tereza do Oeste começou quando pessoas de outras regiões em busca de uma terra que tivesse mais condições de trabalho, melhoria de vida aqui chegaram. Nos primeiros tempos a localidade era conhecida pela denominação de Santa Tereza. O rápido povoamento deveu-se a interesses despertados pela localização estratégica e facilidade de aquisição de terras.

Figura 1.1. Urbanização dos municípios da Mesorregião Oeste do Paraná (1960-2000)



FONTE: IBGE, Censos Demográficos; BASE CARTOGRÁFICA: IBGE (2003)

Um dos primeiros moradores foi o Sr. Eduardo Agostini no ano de 1924, que residia na extinta Serraria Balorotti, que aqui construíram. Com sua vinda outras pessoas foram atraídas para esta região. Alguns de seus seguidores foram o Sr. Félix Weiber e seus irmãos o Sr. João Lopes Weiber e o Sr. Francisco Santana Weiber. O motivo que levou estas famílias a virem explorar a região foi que as terras as quais eles vieram antes (Ipiranga, Laranjeiras do Sul), possuíam uma topografia muito acidentada, com predominância do solo rochoso. Porém, mesmo vindo para esta nova terra com “melhores condições de solo” havia o problema da falta de compradores próximos para seus produtos: soja, milho, suínos etc.

Por muitos anos, o distrito foi uma área coberta por densas florestas, contendo madeira de lei, como Cedro, Lapacho, Angico, Canela, Guajovira, Timbauva, Peroba e outros. Com a ação do homem, a paisagem se modificou, restando hoje apenas pequenas reservas florestais.

No início, foi praticada a agricultura de subsistência: milho, feijão, hortaliças, mandioca, frutas, etc. O comércio desses produtos era difícil, devido a precariedade das estradas e dos meios de transporte. Atualmente planta-se para a subsistência e para a comercialização, principalmente: soja, trigo, milho e fumo.



O comércio do Município iniciou-se pelo ciclo da madeira, seguindo pela agropecuária e, finalmente, a industrialização. É um grande produtor de grãos, destacando-se soja e milho, contando também com a atividade pecuária, principalmente criação de suínos e aves.

O meio de transportes mais comuns na época era tração animal, pois o ônibus na época, que iniciou em 1944 (expresso Princesa dos Campos) passava de 15 em 15 dias em consequência da precariedade das estradas. Por volta de 1946, instalou-se a Serraria Lupião, sendo que o proprietário era o Sr. Moisés Lupião. Esta localizava-se na estrada central. Após a instalação desta, várias famílias vieram à procura de emprego, o que aos poucos foi criando uma pequena Vila. Foi nesta época que surgiu a primeira escola, a qual situava-se na própria casa do Sr. Eduardo Agostini. A seguir foi construída a primeira igreja e salão de baile. Santa Tereza foi implantada na extensão da BR 227 – Km 614. Por volta de 1962, o Sr. Moisés Fernandes Vargas juntamente com o Sr. Maurílio Pinotti, lotearam a área, onde hoje é a cidade de Santa Tereza do Oeste. Com isso incentivou-se as famílias a se instalarem no local. Em 1966 o comércio ainda era fraco.

Santa Tereza foi elevada à categoria de Distrito Administrativo e Judiciário, através da Lei nº 5.263, de 13 de janeiro de 1966, jurisdicionada ao município de Cascavel. Pela Lei Estadual nº 9.008, de 12 de junho de 1989, foi criado o município de Santa Tereza, com denominação alterada para Santa Tereza do Oeste. O território foi desmembrado dos municípios de Cascavel e Toledo, sendo que a instalação oficial ocorreu no dia 1º de janeiro de 1990.

O termo Santa Tereza do Oeste é de origem religiosa e geográfica. Em referência à santa padroeira e a localização geográfica do município, em relação ao Estado. Santa Tereza do Oeste apropriou-se de sua privilegiada localização para atrair investimentos, a implantação do parque industrial às margens da BR 277 sentido Cascavel, foi de suma importância para que empresários se animassem a investir no município. O efeito de polarização cascavelense atraiu olhares para a pequena Santa Tereza, a localização benéfica fez com que surgisse a vontade de investir no município.



ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

PARTE 1

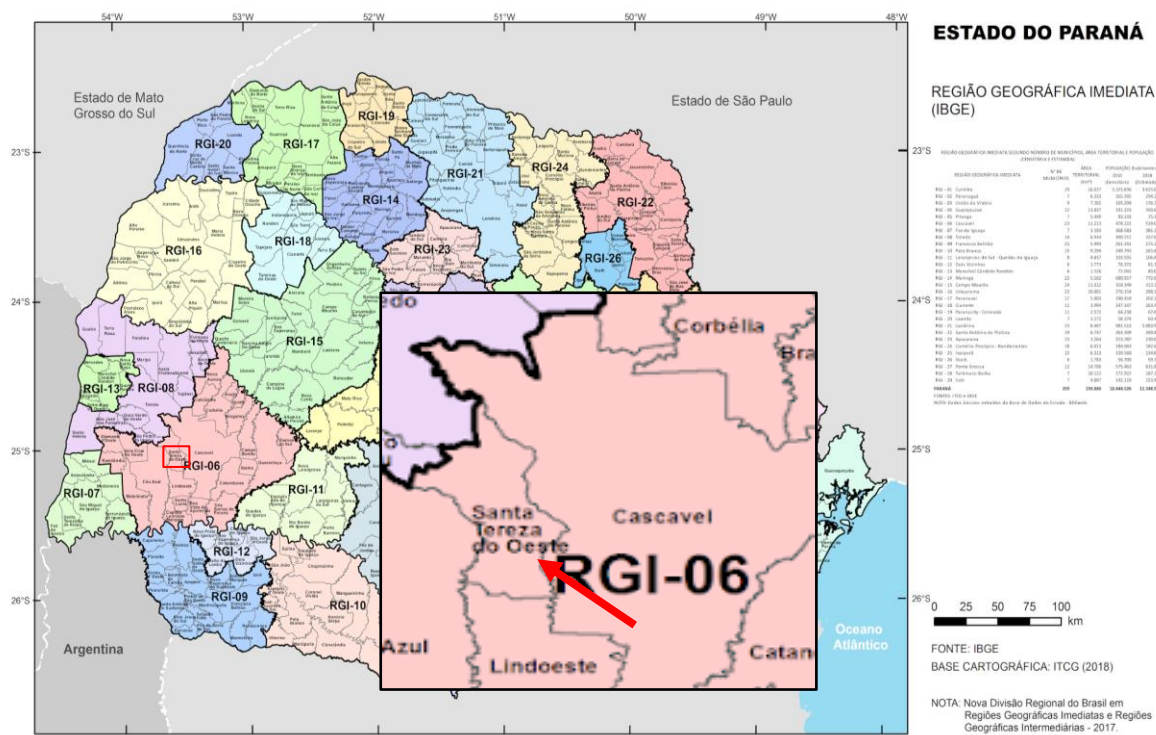
2. ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

2.1. ANÁLISE SITUACIONAL

O Estado do Paraná está localizado na Região Sul do Brasil, limitado ao Norte pelo Estado de São Paulo, a Leste pelo Oceano Atlântico, ao Sul pelo Estado de Santa Catarina e a Oeste pelo Paraguai. Seu território possui 199.307,922km² correspondendo a 2,34% da superfície brasileira, e é dividido em 10 partes, denominadas mesorregiões, que são uma subdivisão dos estados brasileiros agrupando os municípios de uma área geográfica que possuam semelhanças econômicas e sociais.

O município de Santa Tereza do Oeste se localiza na Mesorregião Oeste Paranaense que compreende um conjunto de 50 municípios que abrangem uma área territorial de aproximadamente 2.290.859 hectares, (11.5 % da área estadual). Esta região está no Terceiro Planalto Paranaense e faz fronteira com a Argentina e o Paraguai (IPARDES, 2003).

Figura 2.1. Microrregiões do estado do Paraná



FONTE: IBGE (2003)

A Mesorregião Oeste se caracteriza pelo crescimento populacional e econômico, bem como o crescimento de suas cidades. O sistema de rodovias vem sendo ampliado para atender ao escoamento da produção agropecuária e industrial da região, onde há muitas cooperativas; e também para atender ao turismo nacional e internacional em Foz do Iguaçu, cujos atrativos são as Cataratas do Iguaçu e a Usina Hidrelétrica de Itaipu, predominando a prestação de serviços

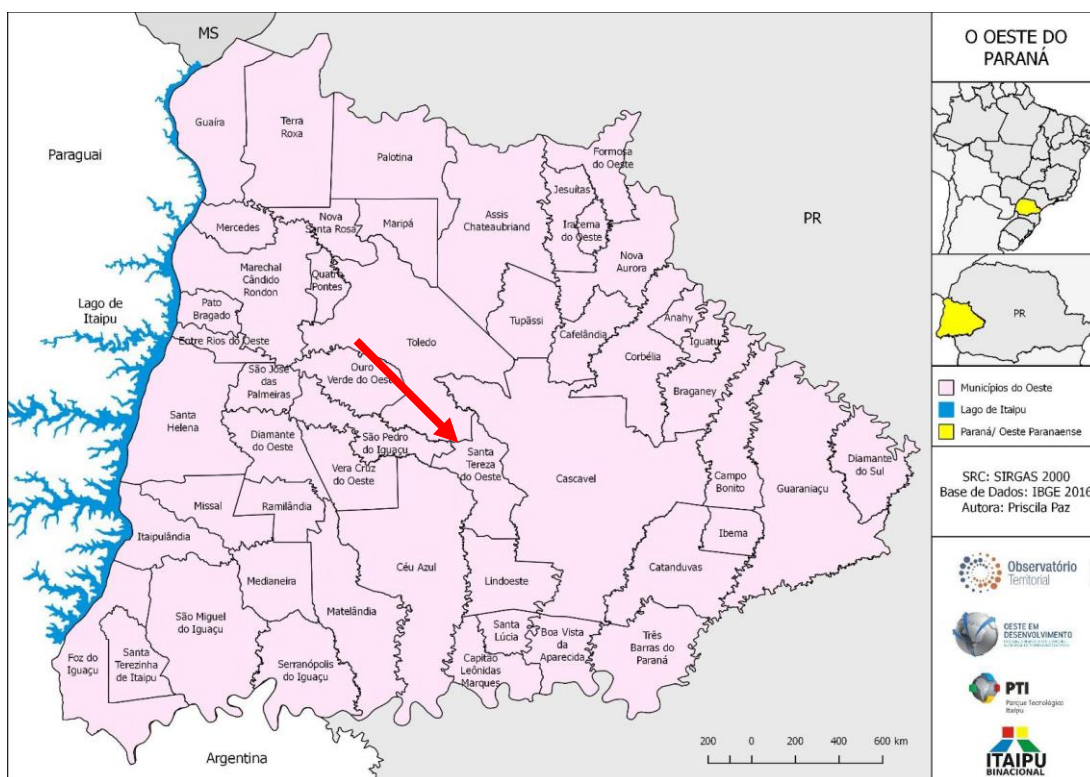
para atender ao turismo na economia do Município. O acesso é feito pela rodovia BR-277 e pelo Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu. Essa mesorregião é formada por 50 municípios agrupados em três microrregiões: Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo.

De acordo com o IBGE (2018) as três microrregiões detêm uma população estimada em 1.227.402 de habitantes, sendo que estes se subdividem em:

- Microrregião Geográfica de Foz do Iguaçu: 381.358 habitantes;
- Microrregião Geográfica de Cascavel: 519.038 habitantes;
- Microrregião Geográfica de Toledo: 327.006 habitantes.

A Microrregião de Cascavel (MRG-23 ou RGI-06) está composta por 18 municípios, entre eles Santa Tereza do Oeste.

Figura 2.2. Localização da Região Oeste do Paraná



Fonte: IBGE (2016)

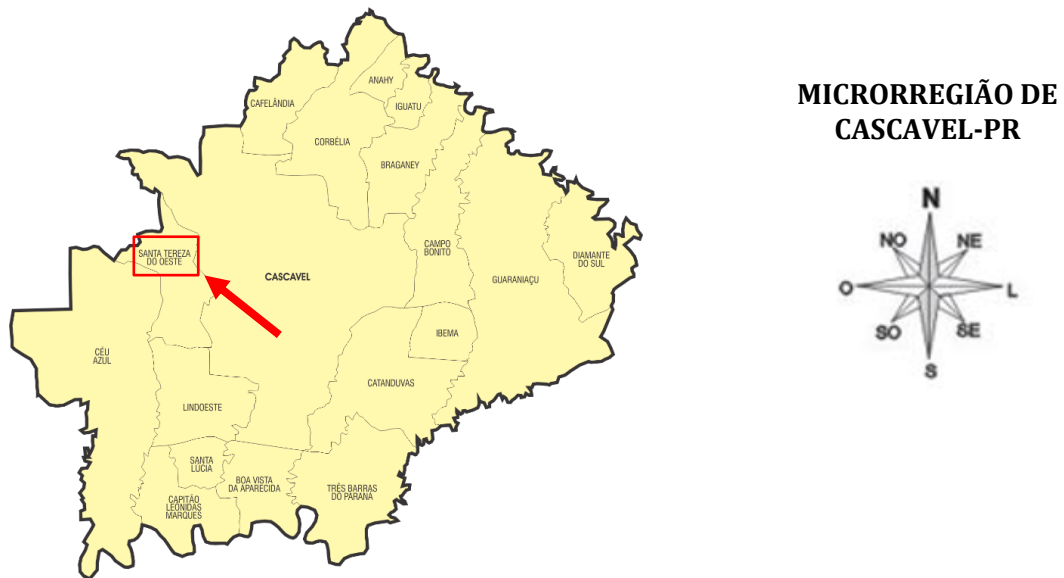
A Microrregião de Cascavel se caracteriza pelo decréscimo populacional. Dos dezoito municípios, doze tiveram sua população diminuída de 2000 para 2010 e a maioria dos municípios tem seu produto interno bruto per capita bem abaixo em relação a capital do Estado. A Tabela 2.1 apresenta os dados da demografia da microrregião de Cascavel, nos anos de 1991, 2000 e 2010 (IPARDES, 2016):

**Tabela 2.1 – População Censitária por município da microrregião de Cascavel, Paraná**

Município	População 1991	População 2000	População 2010	Taxa de crescimento (2000 a 2010)	PIB per capita (2014)
Anahy	-	3.011	2.874	-5%	R\$ 22.019,85
Boa Vista da Aparecida	10.395	8.423	7.911	-6%	R\$ 12.925,26
Braganey	8.057	6.191	5.735	-7%	R\$ 27.123,84
Cafelândia	8.082	11.143	14.662	32%	R\$ 61.488,82
Campo Bonito	5.046	5.128	4.407	-14%	R\$ 29.268,01
Capitão Leônidas Marques	17.825	6.260	5.628	4%	R\$ 54.744,90
Cascavel	192.673	245.369	286.205	17%	R\$ 29.761,21
Catanduvas	9.837	10.421	10.202	-2%	R\$ 19.922,65
Corbélia	22.809	15.803	16.312	3%	R\$ 30.159,84
Diamante do Sul	-	3.659	3.510	-4%	R\$ 11.468,13
Guaraniaçu	25.985	17.201	14.582	-15%	R\$ 19.977,62
Ibema	6.070	5.872	6.066	3%	R\$ 21.693,74
Iguatu	-	2.255	2.234	-1%	R\$ 26.767,55
Lindoeste	6.858	6.224	5.361	-14%	R\$ 30.215,15
Nova Aurora	15.485	13.641	11.866	-13%	R\$ 34.507,56
Santa Lúcia	-	4.126	3.925	-5%	R\$ 23.756,46
Três Barras do Paraná	14.940	11.822	11.824	0%	R\$ 21.100,80
Santa Tereza do Oeste	6.114	10.754	10.332	-4%	R\$ 32.547,02
Total da Microrregião de Cascavel	350.176	387.303	423.636		

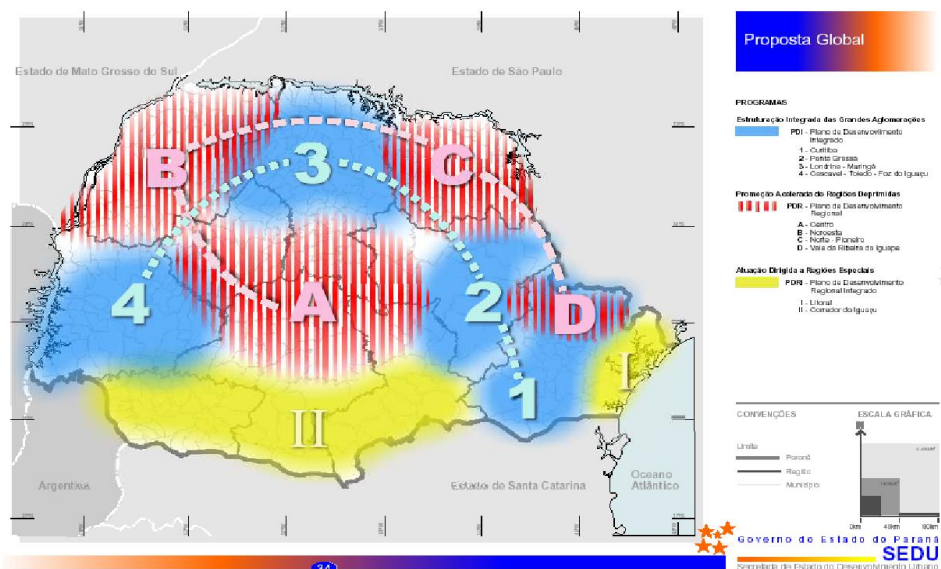
Fonte: IBGE (2010)

Figura 2.3. Microrregião de Cascavel, Paraná.



Em 2003 a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU-PR) lançou a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional (PDU) para o Estado do Paraná e o Programa de Estruturação das Grandes Aglomerações e suas Regiões de Influência, onde Santa Tereza do Oeste estava inserido dentro da proposta de elaboração de Plano de Desenvolvimento Integrado para as regiões de Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu – região número 04 da Figura 2.4. Esta política de caráter regional, ainda vigente, tem como objetivo a estruturação de suas regiões funcionais, considerando-as como áreas de forte articulação econômica e com relações estreitas entre os municípios.

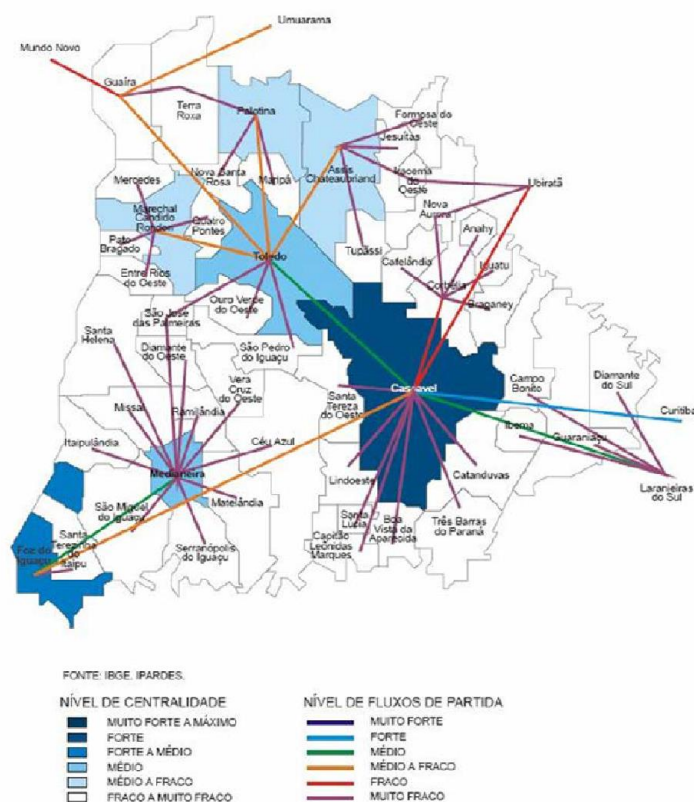
Figura 2.4. PDU - Proposta Global



Fonte: SEDU-PR, 2003

Em 2005 o Plano Diretor de Missal apresentou um mapa de nivelamento de centralidade dos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense (Figura 2.5), no qual são apresentadas as principais centralidades apontadas na hierarquia de centros da rede urbana da região. A hierarquia urbana determina a estrutura econômica em diversas escalas de organização (e posições), o que cria uma rede de ligações e influências entre os centros urbanos de pequenas, médias e grandes cidades. Segundo a classificação apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na publicação “Região de Influência das Cidades (2007)”, a hierarquia urbana no Brasil está dividida basicamente em cinco grupos. Dentre eles está o grupo dos Centros Sub-Regionais, sendo que Cascavel se apresenta como Centro Sub-Regional 1 (nível forte). Nele, Santa Tereza do Oeste aparece com nível de centralidade muito fraco e com nível de fluxo de partida também ainda muito fraco em relação a Cascavel, centro urbano a que o Município está relacionado.

Figura 2.5. Centralidade dos Municípios da Mesorregião Oeste Paranaense



Fonte: Plano diretor de Missal

Em 2008, num projeto realizado pelo IPARDES intitulado “Os Vários Paranás”, Santa Tereza do Oeste estava inserido no 3º Espaço Relevante – Oeste. Pode-se observar na Figura 2.6 a presença de cooperativas em municípios próximos como Capanema, Céu Azul e Cascavel e, considerando a legenda do mapa 5, todos os temas da mesma estavam presentes em Cascavel e



em Toledo, onde Santa Tereza do Oeste pode ter acesso a boas instituições de ensino, fundações e instituições de pesquisa, parques tecnológicos, agências de desenvolvimento e incubadoras, além da sede regional do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) em Cascavel. Estão instaladas ali 07 instituições de ensino superior, dentre elas, uma de ensino pública estadual, a UNIOESTE, e uma de ensino público federal, o IFPR:

- Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
- IFPR - Instituto Federal do Paraná - Campus Cascavel
- Universidade Paranaense (UNIPAR)
- Faculdade de Tecnologia SENAI
- Faculdade Alfa Brasil (FAAB)
- Faculdade Itecne
- Famipar - Faculdade Missioneira do Paraná
- Fundação Assis Gurgacz (FAG)
- União Educacional de Cascavel (UNIVEL)
- UNIPAN

Em 2012, o estudo “A Polarização e Hierarquia das Cidades na Mesorregião Oeste Paranaense: Uma Análise do Período de 1991 a 2010”, realizado por Lucir Alves, professor da Universidade de Toledo, demonstrou a relação de interdependência entre as cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo e destes com os demais municípios da Mesorregião Oeste Paranaense, calculando o índice de centralidade e analisando a evolução desse índice nos anos de 1991, 2000 e 2011, colocando como unidade de análise o emprego.

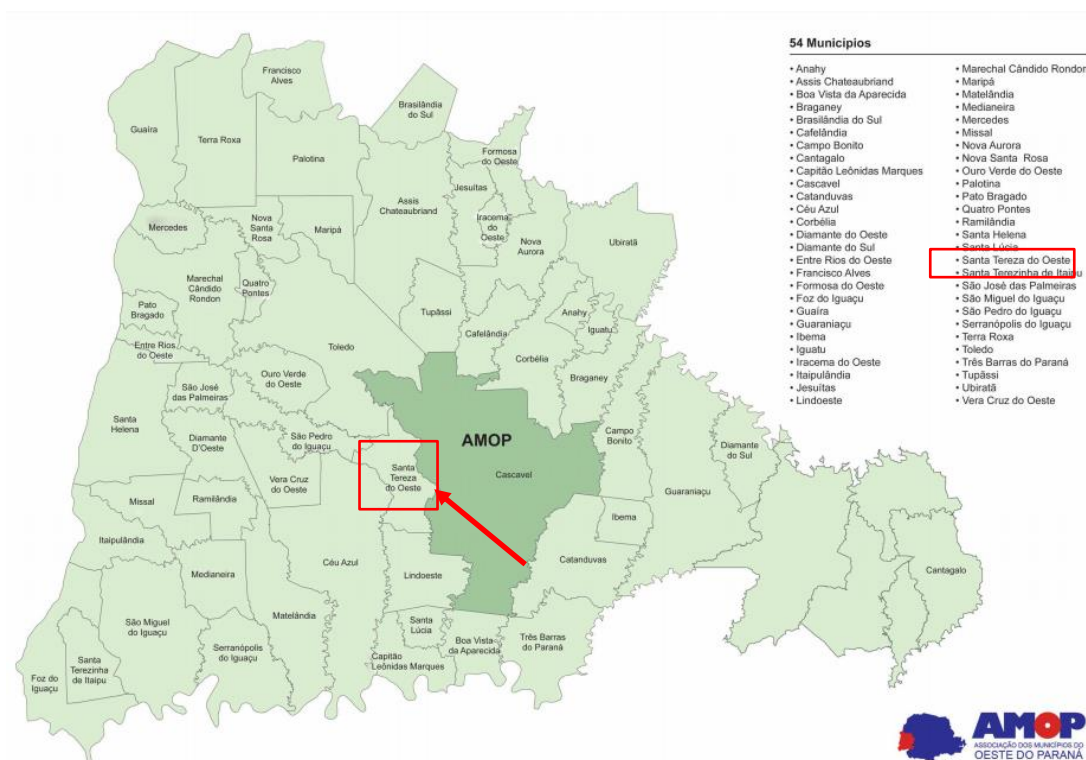
A Mesorregião Oeste vem crescendo como centro agroindustrial, onde a soja se destaca, além da avicultura e a suinocultura. Os municípios mais dinâmicos são Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Medianeira e Foz do Iguaçu. Vale ressaltar a presença de cooperativas importantes, como a COOPAVEL, em Cascavel, a C. Vale, em Palotina e a COPACOL, em Cafelândia.

Cascavel concentra o comércio e os serviços de maior complexidade - especialmente relacionados a saúde, enquanto Foz do Iguaçu, em razão da tríplice fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai), contribui com as relações internacionais. De acordo com a Figura 2.7 Cascavel apresenta uma evolução no índice de centralidade passando de médio em 1991, para médio forte em 2000 e forte em 2010, demonstrando sua função de polo e de lugar central para toda a Mesorregião. O município de Santa Tereza do Oeste permanece como muito fraco de 1991 a 2000, mas em 2011 sobe para fraco.

Na área da saúde, Cascavel conta com 585 estabelecimentos de saúde, dentre os quais treze estaduais, sessenta e nove municípios e quinhentos e três privados. Entre estes estabelecimentos, destaca-se o Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP) que atende aproximadamente dois milhões de habitantes de quatro regionais da Secretaria de Saúde, sendo o único hospital público das Regiões Oeste e Sudoeste do Paraná com 100% de seus leitos destinados a pacientes do SUS. Presta atendimento especializado em cirurgias de cabeça e pescoço, dermatologia, endocrinologia, gastroenterologia, ginecologia, nefrologia, neurologia (neurocirurgia), obstetrícia, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia, pneumologia (cirurgia de tórax) reumatologia, urologia, cirurgia pediátrica, cardiopediatria, pediatria, entre outras.

Santa Tereza do Oeste juntamente com outros 54 municípios, também compõe a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), criada em 1969 com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico, social e administrativo destes municípios, através da ampliação e do fortalecimento da capacidade administrativa e da promoção de instrumentos de cooperação entre os municípios e com os governos federal e estadual.

Figura 2.6. Associação dos Municípios do Oeste do Paraná



O trabalho da AMOP tem sido muito importante ao longo dos anos, conquistando objetivos importantes, como a pavimentação da BR 277 entre Cascavel e Foz do Iguaçu, a conquista da universidade gratuita (Unioeste), o Hospital Regional (hoje Hospital Universitário), a duplicação da BR 467, o fomento ao turismo, à agroindústria e às exportações. (AMOP, sem data).

A relação efetiva de Santa Tereza do Oeste com os municípios vizinhos ocorre através da AMOP, onde o mesmo participa das reuniões mensais em Cascavel. Assuntos como iluminação pública, educação e questões com a Caixa Econômica e Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) são tratados nestas reuniões.

Todavia, a relação mais forte é com Cascavel, onde a população de Santa Tereza do Oeste busca os serviços na receita federal, receita estadual, hospitais, clínicas médicas, laboratórios para exames (em especial os de alta complexidade), entre outros.

O município de Santa Tereza do Oeste conta com uma área territorial de 326,19 km² sendo a área rural correspondendo a 315,73 Km² e a área do perímetro urbano 10,465 Km². Localiza-se nas coordenadas geográficas de latitude: 25° 03' 31" S e longitude 53° 37' 38" W, com altitude média de 741 m e a distância até a capital do Estado é de 515,70 km (IPARDES, 2021).

O município de Santa Tereza do Oeste conta com uma área territorial de 360,991 km², a área rural correspondendo a 389,091 Km² e a área do perímetro urbano 1,90 Km². Localiza-se nas coordenadas geográficas extremas de latitude: 25° 15' 36" S e longitude 53° 34' 34" O, com altitude média de 590 m, e a distância da sede do município da capital do Estado é de 537,85 km (IPARDES, 2018).

As divisas do município se realizam da seguinte forma: Ao Norte: Toledo; A Leste: Cascavel; Ao Sul: Lindoeste; A Sudoeste: Céu Azul; A Oeste: São Pedro do Iguaçu (Figura 2.7.). O acesso à Santa Tereza do Oeste é feito pela rodovia BR-277, que é pedagiada, que corta o estado do Paraná no sentido Leste-Oeste, de Paranaguá a Foz do Iguaçu.

Figura 2.7. Município vizinhos de Santa Tereza do Oeste, Paraná

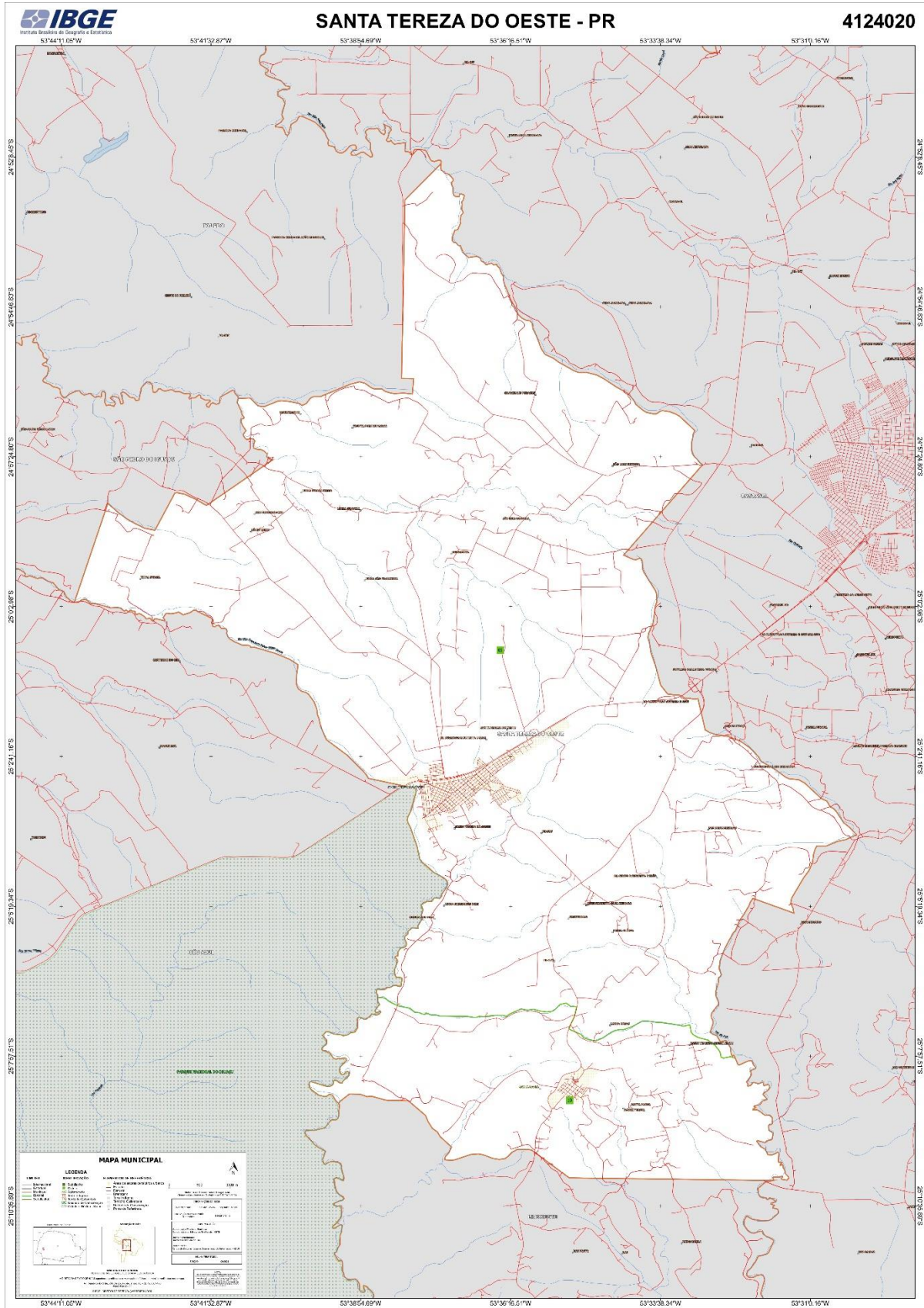


**MUNICIPIOS LIMITROFES
COM O MUNICIPIO DE
SANTA TEREZA DO
OESTE/ PR**



FONTE: Base Cartográfica ITCG, 2010.

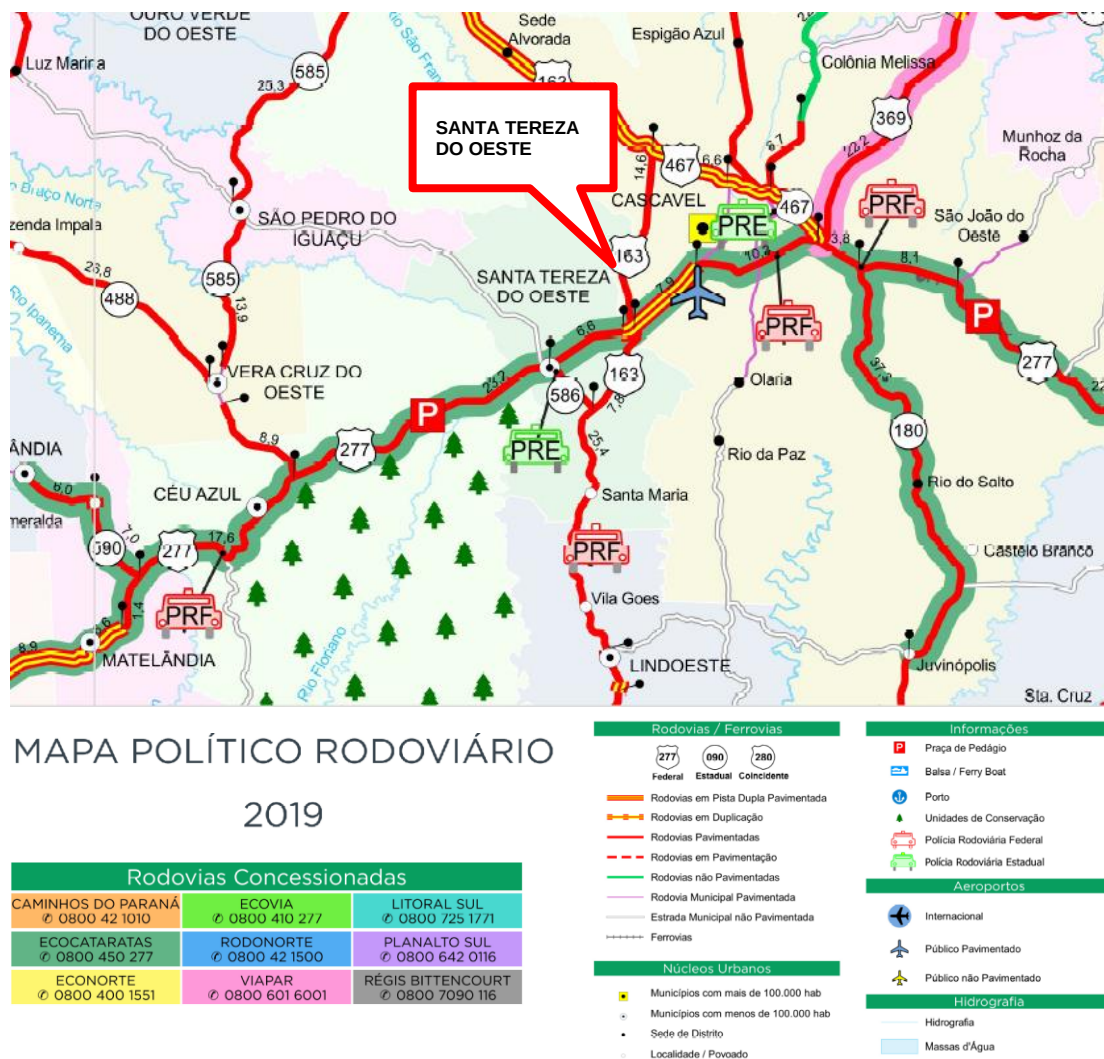
Figura 2.8. Mapa de Santa Tereza do Oeste-PR



Fonte: IBGE, 2007.

Passa pelo município a rodovia BR-163, que liga o município a Cascavel, facilitando o acesso dos habitantes e de produtos agrícolas a infraestrutura de aeroportos e ferrovias localizados principalmente em Cascavel e Foz do Iguaçu.

Figura 2.9 – Infraestrutura viária, portos e aeroporto da Mesorregião Oeste Paranaense



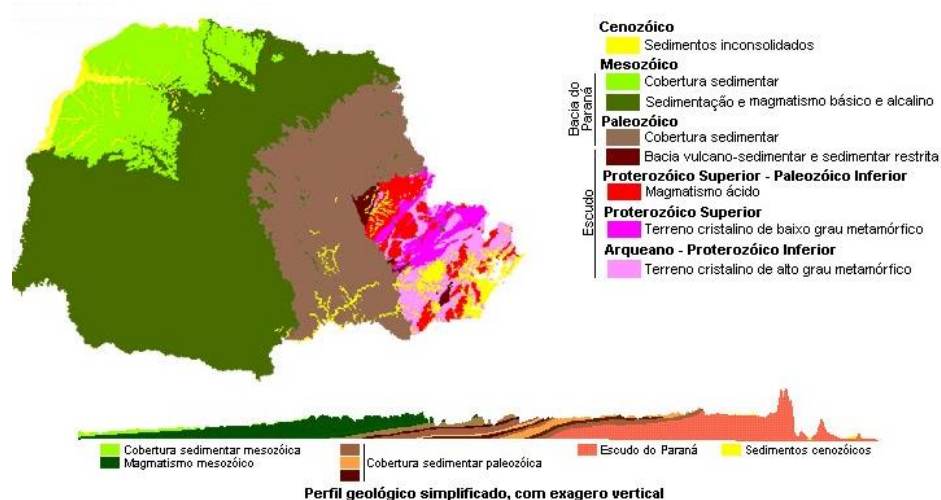
Fonte: IPARDES NOTA: Base Cartográfica ITCC, 2010.

2.2. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE – PR

2.2.1. Geologia

A área de localização do município faz parte do Terceiro Planalto Paranaense, também chamado de Planalto Basáltico ou de Guarapuava, constitui a mais extensa das unidades de relevo do Paraná, ocupando dois terços de superfície do estado, localizado nas terras situadas a oeste da escarpa da Esperança (Figura 2.10).

Figura 2.10. Geomorfologia Paranaense

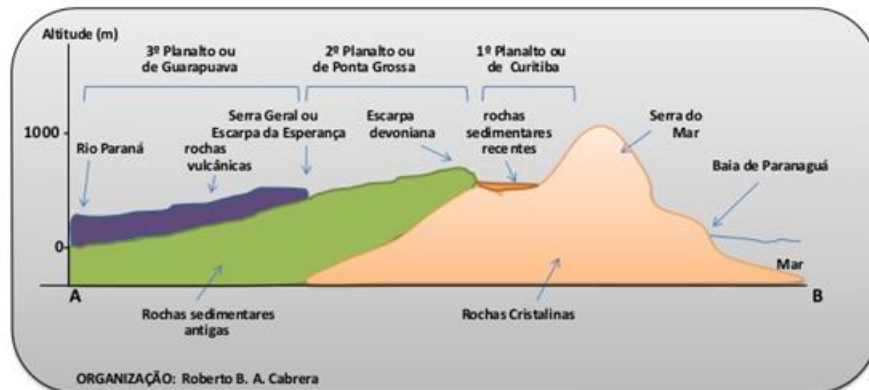


Fonte - <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos>, 2017.

Limita-se, a leste, a Serra Geral, que, com um desnível de 750m, domina o planalto paleozoico; a oeste, o limite é formado através do rio Paraná, que ao lado do ponto onde ficavam os saltos de Sete Quedas, forma um desfiladeiro. Tenha-se presente que o planalto se estende além dos limites do Paraná e forma parte dos territórios de Mato Grosso do Sul, do Paraguai e da Argentina (GONÇALVES, 2010).

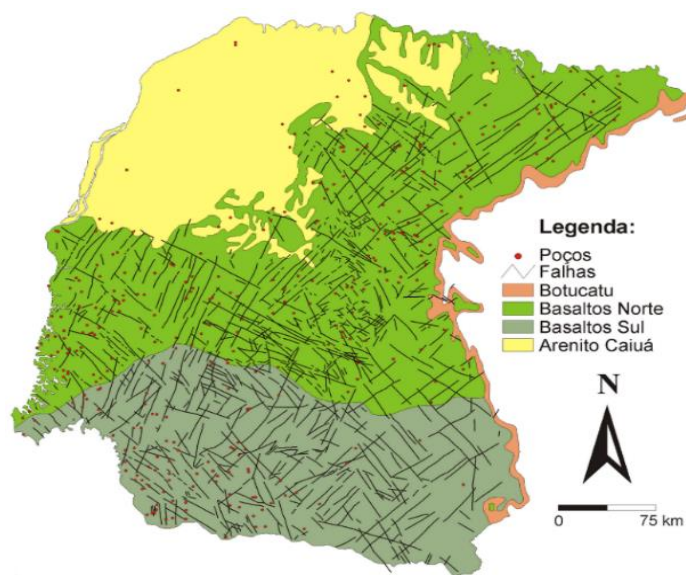
O planalto basáltico (FIGURA 2.11 e 2.12), assim como o planalto paleozoico, inclina-se suavemente para o ocidente: cai de 1.250m, a leste, para 300m nas margens do Paraná (a montante de Sete Quedas). Constituído por uma sucessão de derrames (empilhados) de basalto, este planalto domina toda a metade ocidental do estado.

Figura 2.11. Perfil longitudinal dos Planalto Paranaense



Fonte - <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos>, 2017.

Figura 2.12. Distribuição dos tipos de rochas no Terceiro Planalto Paranaense



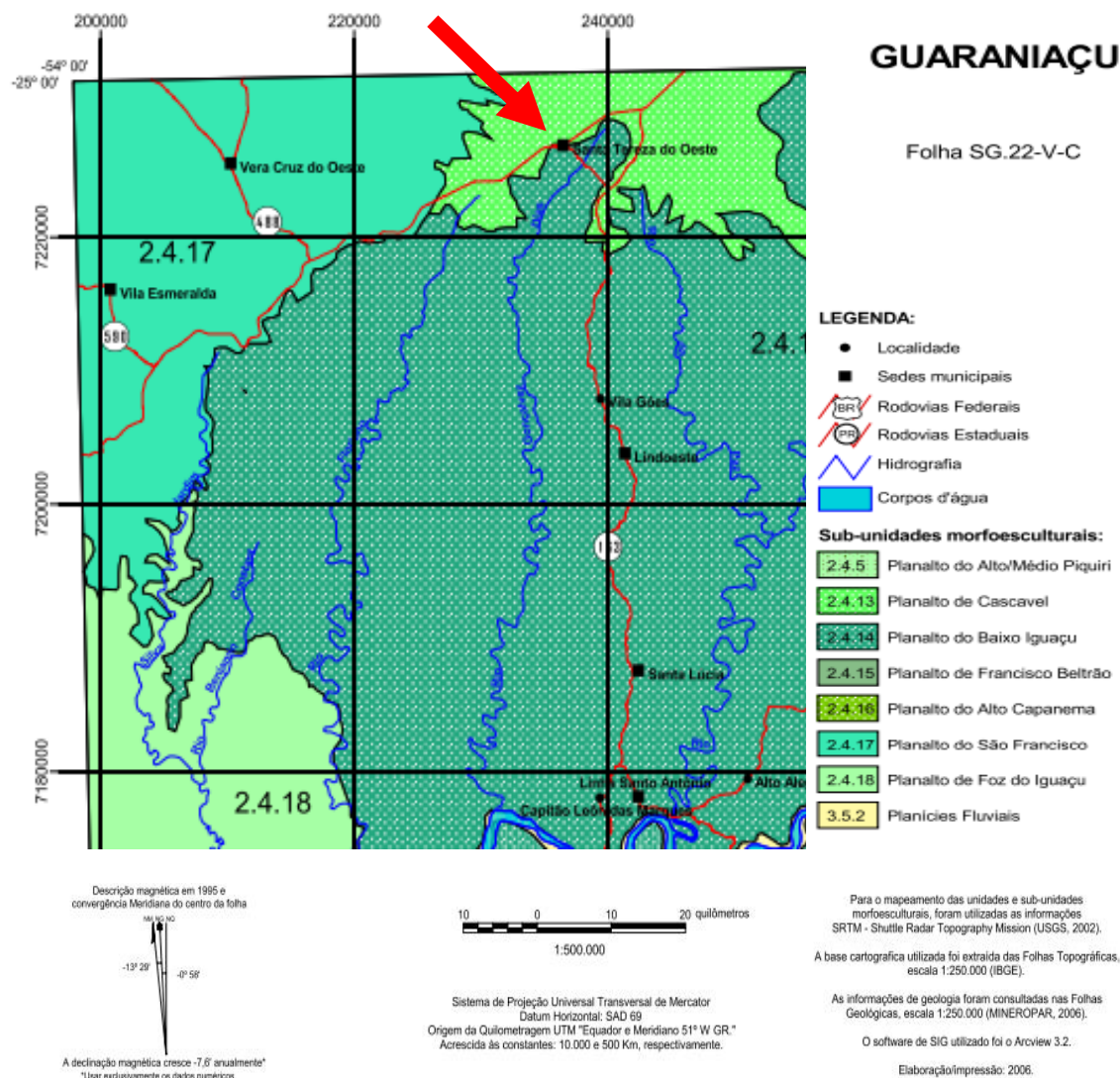
Fonte - CPRM, 2011.

2.2.2. Solo e Relevo

Assinale, ainda, que seus solos, cuja origem vem dos produtos da decomposição do basalto, formam a chamada “terra roxa”, que se encontra no norte e oeste do estado. Ponderando o assunto, o Terceiro Planalto consiste no derrame de rochas eruptivas – *basaltos, diabásios e meláfiros* – e aos depósitos de *arenitos* (Botucatu e Caiuá) da era mesozoica, onde ocorreu o *maior* derrame de lavas vulcânicas de todo o mundo. Vale lembrar que este famoso derrame também é conhecido como *derrame de Trapp*, que formou a terra roxa (GONÇALVES, 2010).

O Terceiro Planalto, com base nos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu, divide-se nos seguintes blocos: planalto de Cambará e São Jerônimo, planalto de Apucarana, planalto de Campo Mourão, planalto de Guarapuava e planalto de Palmas (GONÇALVES, 2010).

Figura 2.13. Subunidades morfoestruturais



Fonte - <http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Dados-e-Informacoes-Geoespaciais-Tematicos>

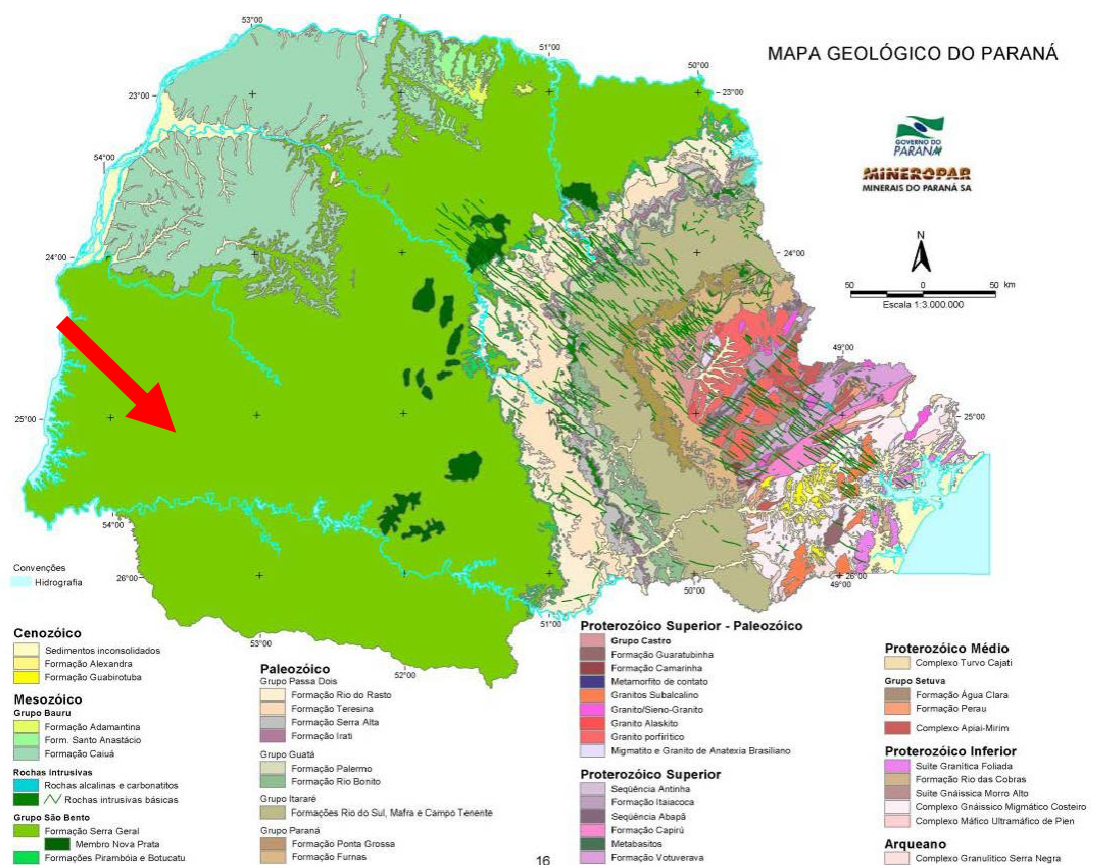
A subunidade morfoestrutural, denominada Planalto do Baixo Iguaçu, situada no Terceiro Planalto Paranaense, apresenta dissecação alta e ocupa uma área de 6.297,08 km². As classes de declividade predominantes menores que 30% são: menor que 6% em uma área de 2.272,61km², entre 12-30% em uma área de 2.078,77km² e de 6-12% em uma área de 1.683,90km². Em relação ao relevo, apresenta um gradiente de 580 metros com altitudes variando entre 220 (mínima) e 800 (máxima). As formas predominantes são topos alongados e em cristas, vertentes retilíneas e vales em "V" encaixado. A direção geral da morfologia é NNE/SSW, modelada em rochas da Formação Serra Geral.

Pode-se destacar que a paisagem é originária sobre um conjunto de rochas basálticas, que de acordo com Leinz e Amaral (1985), foi formado por sucessivos derrames de lava, deixando grandes marcas na morfologia da paisagem da região, já que estes derrames são marcados por três segmentos, geralmente:

- Base: composta por vidro, devido ao rápido resfriamento da lava em contato com o substrato frio. Esse segmento passa gradativamente para um basalto microcristalino com fraturas predominantemente horizontais, ou seja, basalto de disjunção horizontal;
- Central: formado por basalto de granulação mais grossa e diaclases verticais ou basalto colunar;
- Topo: Apresenta vesículas vazias ou preenchidas de zeólitas, ágata ou quartzo, chamado basalto vesicular.

Estas rochas que se formam a partir da Serra Geral, deram origem a solos argilosos em sua grande maioria e com boa profundidade, onde o relevo se caracteriza como pouco ondulado e ondulado.

Figura 2.14. Mapa geológico do Paraná

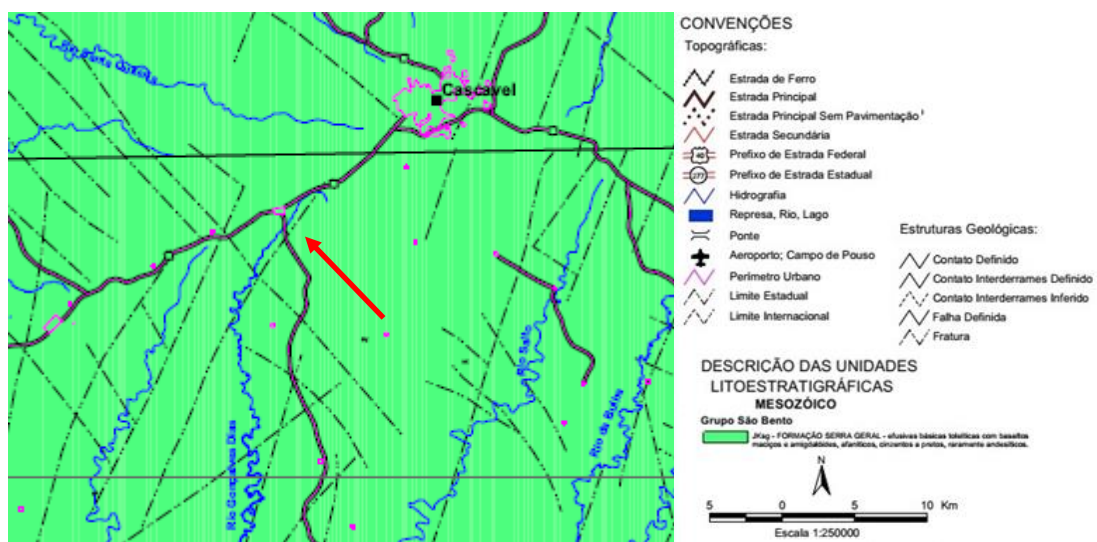


Fonte – Mineropar (2001)

A Formação Serra Geral é classificada no Grupo São Bento (Figura 2.15), que se estende do Oeste de Santa Catarina até Sul de São Paulo, sendo que na região de Francisco Beltrão (PR) apresentou cerca de 1460 m de espessura (PAISANI, et al, 2008), na região de Presidente Epitácio (SP) apresentou 1700 m de espessura. Assim, aos terrenos do município de Santa Tereza do Oeste estão todos dentro desta unidade litoestratigráfica.

De acordo com Mineropar, o Município de Santa Tereza do Oeste encontra-se no conjunto litológico Mesozoico que é constituído por rochas sedimentares de origem continental, de idade triássica, e por rochas ígneas extrusivas de composição predominantemente básica de idade jurássico-cretácea, responsáveis pelas características do Terceiro Planalto Paranaense. Os últimos eventos de grande expressão na coluna estratigráfica no final do Cretáceo são os depósitos sedimentares de ambiente continental árido representado pelos sedimentos arenosos do noroeste do Estado. O município faz parte da formação Serra Geral, do Grupo São Bento, do período Jurássico-Cretáceo, caracterizada por: Efusivas básicas toleíticas, com basaltos maciços e amigdalóides, afaníticos cinzentos a pretos, raramente andesitos, intercalações de arenitos finos e derrames de vulcanismo de fissura continental (MINEROPAR, 2001)

Figura 2.15. Unidades Litoestratigráficas



Fonte – Mineropar (2001)

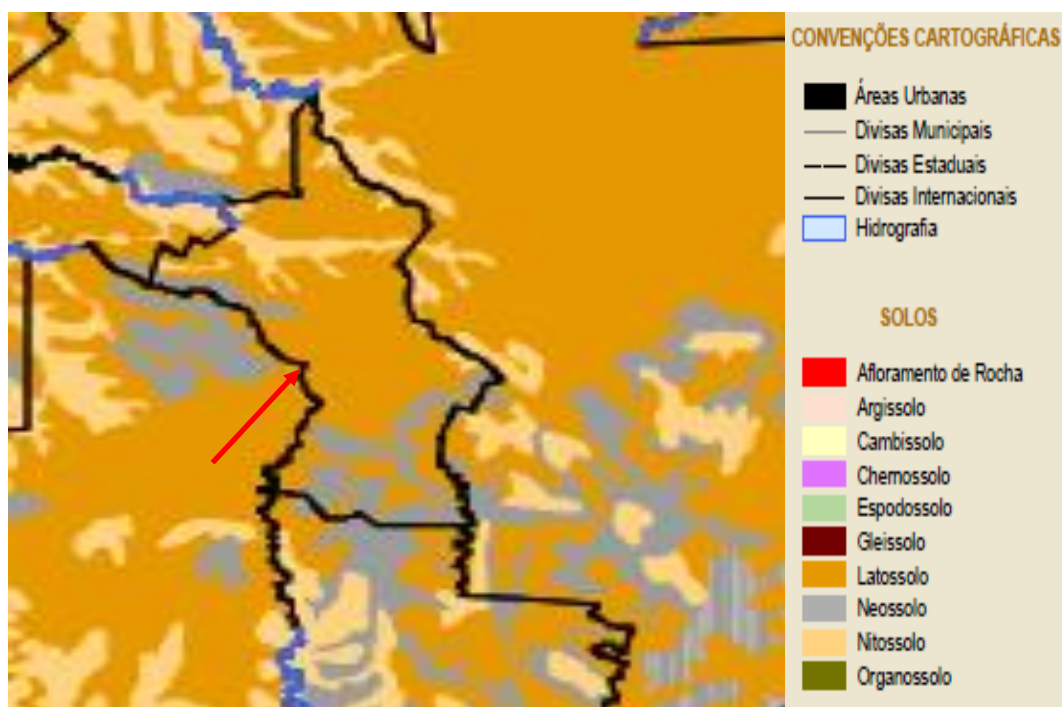
Nota-se que as rochas eruptivas básicas que constituem a região, devido ao clima do quaternário recente, se decompõem em solos argilosos vermelhos classificados pelo Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SiBCS) como Nitossolos, Latossolos Brunos e Vermelhos, Cambissolos Háplicos e Neossolos Litólicos. O Município de Santa Tereza do Oeste apresenta os seguintes solos: LATOSSOLO VERMELHO distroférico típico (LVdf13, LVdf7 e LVdf8); LATOSSOLO VERMELHO eutroférico típico (LVef1); Associação LATOSSOLO VERMELHO

Eutroférico típico + NITOSSOLO VERMELHO eutroférico típico (LVef2); Associação NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico chernossólico + CHERNOSSOLO ARGILÚVICO Férrico sapolítico + NITOSSOLO VERMELHO distroférico típico (RLe12); Associação NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico chernossólico + NITOSSOLO VERMELHO Eutroférico típico + CHERNOSSOLO HÁPLICO Órtico sapolítico (RLe 9); Associação NITOSSOLO VERMELHO Distroférico típico, álico + CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distroférico típico, álico (NVdf2); NITOSSOLO VERMELHO Distroférico típico (NVdf3); NITOSSOLO VERMELHO Eutroférico típico (NVef2); NITOSSOLO VERMELHO Eutroférico chernossólico (NVef6). (MINEROPAR, 2001).

O tipo latossolo é predominante no município sendo encontrado ao longo de todo o território. Os neossolos se encontra de forma predominante na região de divisa com o município de Lindoeste, o nitossolos se encontra na porção do município próxima as divisas com São Pedro do Iguaçu.

As principais características destes tipos de solos são o grande volume de solo a ser explorado pelas raízes; ocorrendo um relevo plano ou suavemente ondulado; apresenta mais de 60% de argila na sua composição. São resistentes à erosão em decorrência de suas características físicas, porém quando mal manejado, tem sua erodibilidade incrementada face às alterações de ordem estrutural.

Figura 2.16. Tipos de solo em Santa Tereza do Oeste



Fonte: Ipardes, 2008.

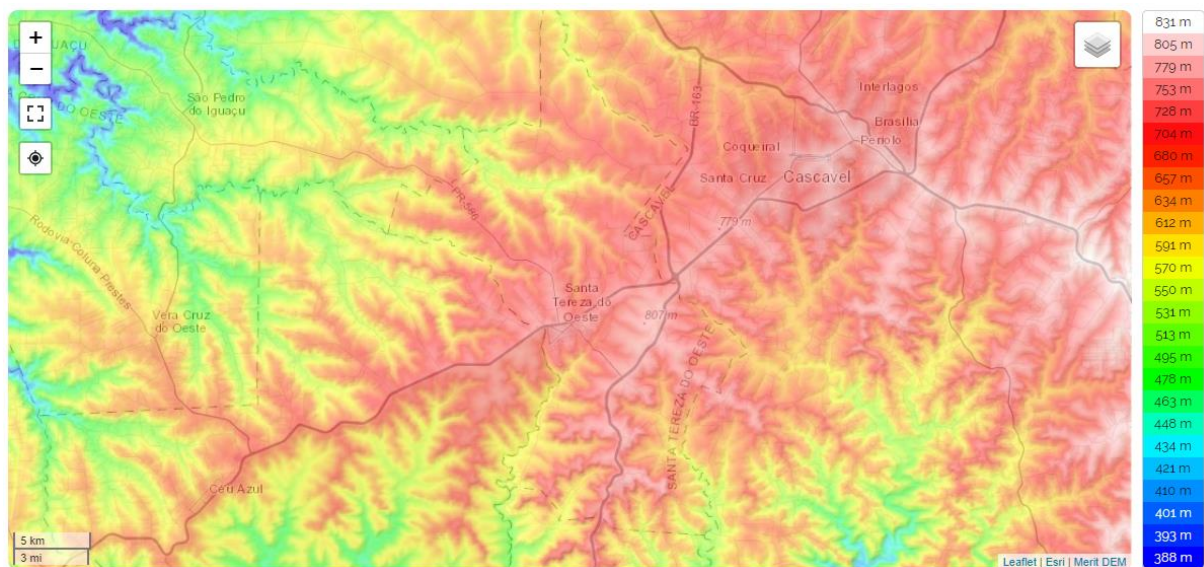
Observa-se também o latossolo vermelho escuro que apresenta textura argilosa, com um teor de ferro entre 9 a 18%, sendo derivado de arenitos, siltitos e argilas. É um solo resistente a erosão e quando corrigidas as deficiências de fertilidade apresenta alto potencial de produtividade (Figura 2.16).

2.2.3. Hipsometria

O relevo de Santa Tereza do Oeste é formado por grandes variações de altitude. Verifica-se que as maiores altitudes estão localizadas à oeste, na divisa do município com Cascavel, com altitudes que chegam a 800 metros. Próximo as várzeas dos Rios Gonçalves Dias, Rio Santa Quitéria e Rio São Francisco Falso, estão localizadas as menores altitudes do Município, próximas a 500 metros, como observa-se na Figura 2.17.

Na área urbana verifica-se que as classes hipsométricas variam entre 600 e 750 metros, favorecendo a ocupação devido à uniformidade na topografia (Figura 2.18). Estas regiões são mais propícias à urbanização por não apresentarem restrições à implantação da infraestrutura urbana. Há maiores inconvenientes na urbanização de regiões extremas, como aquelas de altitudes muito elevadas e aquelas de altitudes muito baixas, esta última pela possibilidade de apresentar áreas suscetíveis a alagamentos e problemas com o escoamento natural das águas.

Figura 2.17. Hipsométrico do Município de Santa Tereza do Oeste



Fonte: <https://www.esri.com/en-us/home>

Figura 2.18. Hipsométrico da área urbana do Município de Santa Tereza do Oeste



Fonte: <https://www.esri.com/en-us/home>

As áreas com maiores altitudes, apesar de encarecerem e dificultarem a implantação de infraestrutura urbana, podem ser utilizadas para a localização de reservatórios do sistema de abastecimento d'água, servir como obstáculo natural para o isolamento de áreas insalubres, ou ainda para fins turísticos.

2.2.4. Declividade

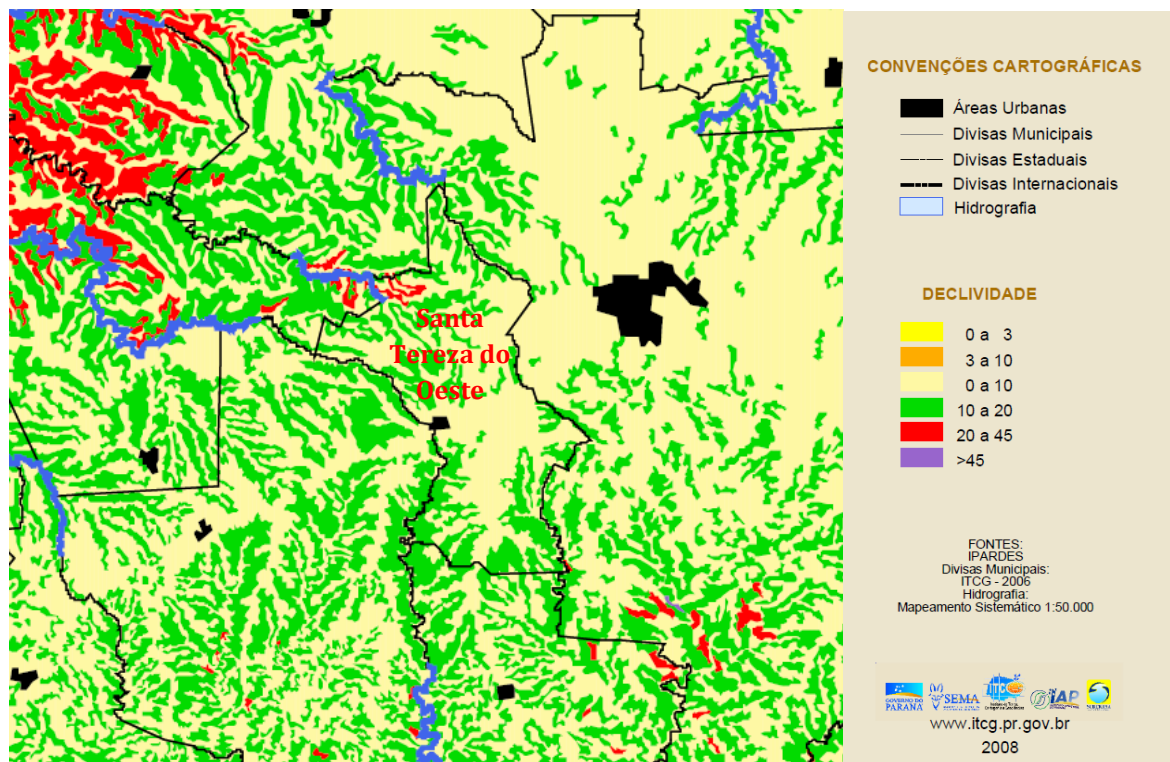
As regiões representadas na Figura 2.19 através da cor vermelha significam declividades acima de 20% a 30%. No Município são poucas as áreas nessa classe de declividade, são regiões isoladas próximas a divisa com Toledo e São Pedro do Iguaçu. Declividades acima de 20% dificultam a implantação de infraestrutura urbana relacionada ao saneamento (abastecimento de água, sistema de esgoto, drenagem urbana) e sistema viário, entre outros.

De acordo com a Lei 6766 de 19 de dezembro de 1979 – Lei Federal do Parcelamento do Solo Urbano – “O parcelamento do solo para fins urbanos não será permitido em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas as exigências específicas das autoridades competentes”.

Nas regiões em que prevalecem as cores bege e verde, foram identificadas as declividades que variam de 10% a 20 % e de 10% a 0%, respectivamente. De acordo com a Figura 2.16, é possível diagnosticar que a maior parte do Município e o quadro urbano possuem baixa declividade, significando que a região é plana, com relevo uniforme, favorecendo, dessa forma, a ocupação urbana.

Terrenos com declividade de 0 a 10% (até 6 graus de inclinação do terreno), são considerados aptos ao uso agrícola (lavoura e pastagem), permitindo a utilização de implementos mecanizáveis em concordância com as normas técnicas de uso e conservação dos solos. Nesta categoria estão ainda incluídas as áreas inundáveis, que apresentam limitações para o uso agrícola. O relevo ondulado com declividade de 10 a 20% (até 12 graus), é considerado apto para agricultura não-mecanizada e reflorestamento, apresentando restrições ao uso de mecanização agrícola devido à vulnerabilidade erosiva.

Figura 2.19. Declividade do solo no Município de Santa Tereza do Oeste-PR



Fonte: IPARDES, 2006

No mapa de declividades elaborado pelo IPARDES em 2006, o Município de Santa Tereza do Oeste foi classificado dentro de 5 classes de inclinações do terreno que variam de 0% a 45%. Analisando a distribuição da ocupação municipal é possível observar que áreas com maior ou menor declive dentro do Município consequentemente são áreas mais ou menos aptas à ocupação.

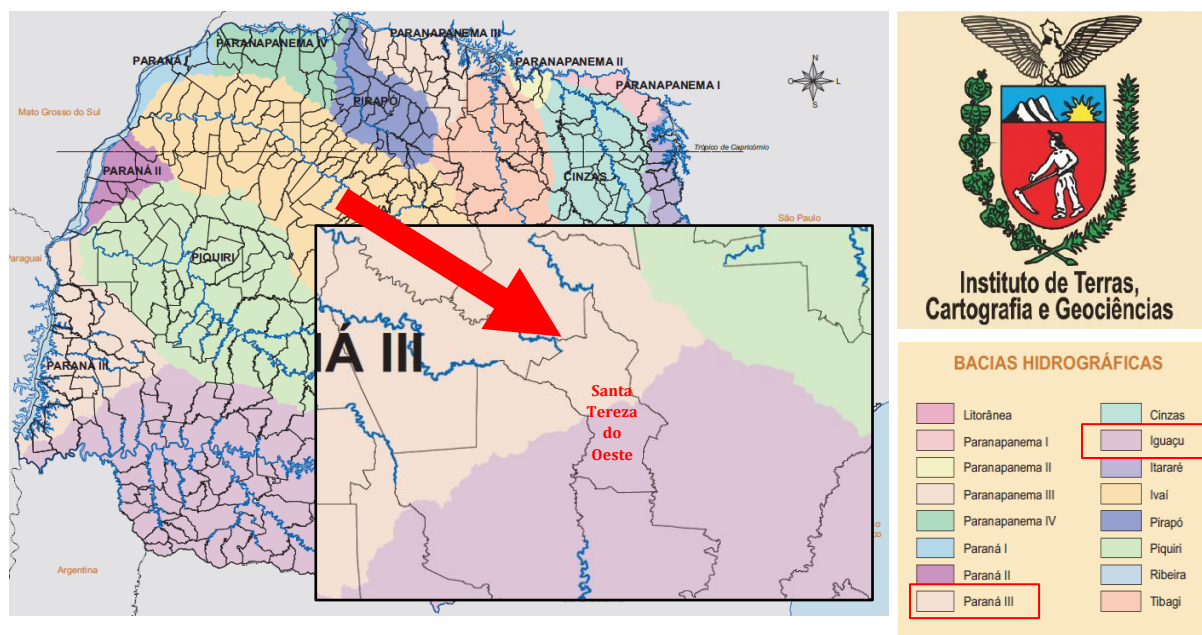
2.2.5. Hidrografia

O município de Santa Tereza do Oeste está inserido em duas bacias hidrográficas, demarcadas pela BR-277: a Bacia Hidrológica do Rio Paraná 3 ao norte e a Bacia Hidrológica do Rio Iguaçu ao sul, considerada a maior bacia hidrológica do estado. Ambos deságuam no rio Paraná, como pode ser observado na Figura 2.20.

Os rios e córregos do município componentes da Bacia Paraná 3 são: Rio São Francisco Falso e seus afluentes; Rio Central e seus afluentes; Rio Cará e seus afluentes da margem esquerda; os Córregos Braço Norte e Amendoim e seus afluentes; os Córregos Três Alqueires e Separação e seus afluentes; o Córrego Guavirá, Santa Tereza e Piris e seus afluentes; os Córregos Descoberto e Engano e seus afluentes. Fechando a porção Norte, ocorre na zona limítrofe desse extremo norte, o Rio São Francisco.

Os rios e córregos da Bacia do Rio Iguaçu, portanto na porção sul do Município, são: o Rio Gonçalves Dias e seus afluentes; o Rio da Paz (limite leste do município) e seus afluentes; o Córrego Jumelo; o Córrego do Boi Preto e seus afluentes; o Córrego Saltinho e seus afluentes da margem direita, o Córrego Gramadinho e seus afluentes da margem direita; os córregos, Liberal, Sacura, Pombal e Mangabeira e seus afluentes).

Figura 2.20. Bacia do Rio Iguaçu e Paraná 3

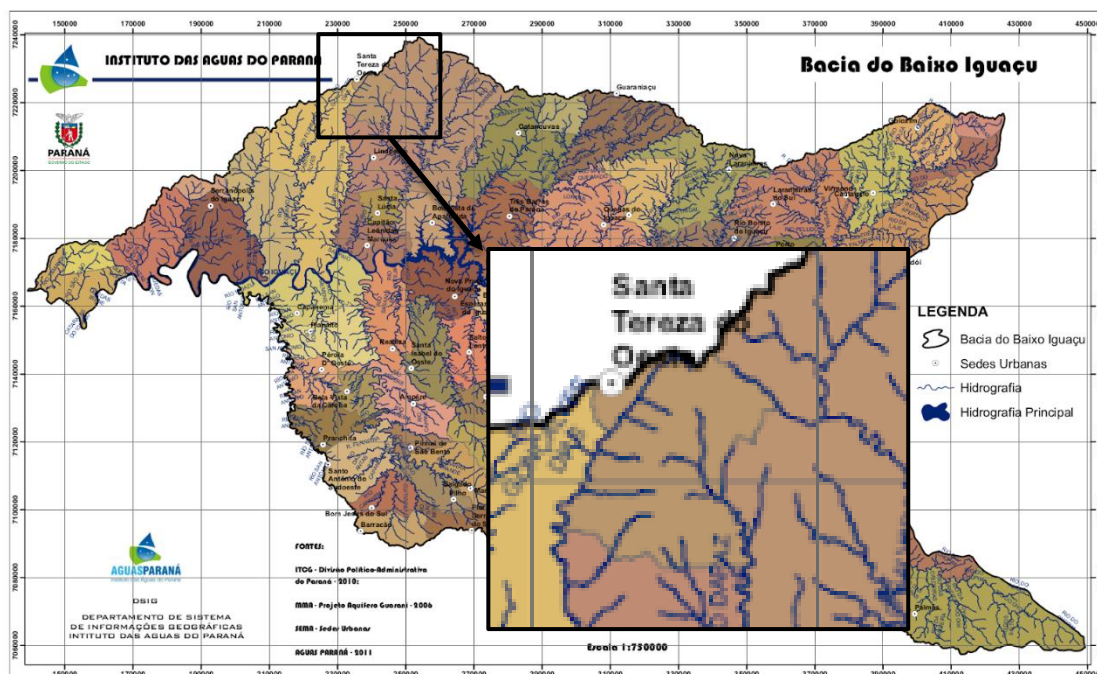


Fonte: SUDERHSA, 2007.

A bacia do Rio Iguaçu abrange os estados do Paraná e de Santa Catarina, além de áreas da província de missões, na Argentina. No Estado do Paraná, cobre uma superfície de 55.024 km², sendo que a sua área total soma uma superfície total de 70.800 km² (SUDERHSA, 2007).

A precipitação média da bacia está em 1900 mm anual e a vazão média anual do rio Iguaçu, no município de Foz do Iguaçu, na área das Cataratas do Iguaçu é de 1.413,50 m³/s, porém, apresenta no mês de maior caudal, em outubro, um volume d'água em torno de 2.506 m³/s e no mês de menor caudal, em abril, o volume d'água fica entorno de 1.326 m³/s (SUDERHSA, 2007).

Figura 2.21. Posicionamento da bacia do rio Iguaçu.



Fonte: SUDERHSA, 2007.

Nas maiores cheias que foram registradas, em julho de 1983, ele apresentou uma vazão de 35.600m³/s, e maio de 1995, com 27.544 m³/s. A vazão de estiagem mais crítica foi registrada em 1978, com 89,92 m³/s d'água (SUDERHSA, 2007).

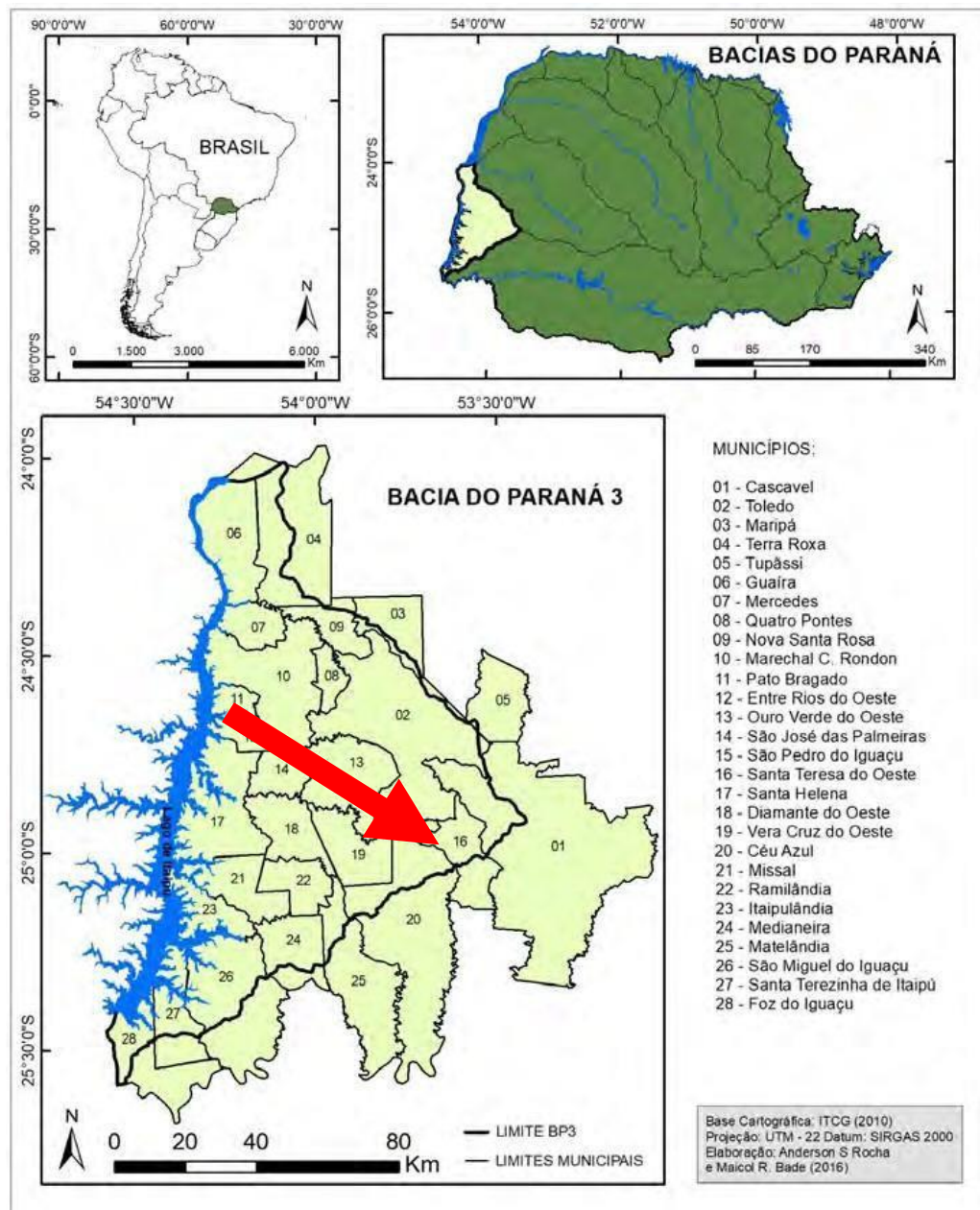
Assim, de acordo com Bartonelli (2004), o Rio Iguaçu cruza duas escapas em vales de ruptura, que pelo fato de existir uma compartimentação morfológica o tipo da drenagem dos rios que desaguam no rio Paraná resultam atividades neotectônicas que provocam a reativação de descontinuidade e falhas pré-existentes, com organização da rede de drenagem essencialmente no período quaternário.

A bacia Paraná III, cobre uma superfície de aproximadamente 8.000 quilômetros quadrados, abrangendo de forma parcial ou total 28 municípios. A mesma é composta por um conjunto de 12 sub-bacias que compreendem os cursos principais dos rios Taturi, Chororó, Guaçu, Marreco, São Francisco Verdadeiro, Santa Quitéria, São Francisco Falso Braço Norte, São Francisco Falso Braço Sul, São Vicente, Ocoí, Pinto e Passo-Cuê. Os quais apresentam um direcionamento de

drenagem de leste para oeste, provenientes do rio Paraná e que acabam desaguando no reservatório do lago de Itaipu.

No contexto regional a bacia apresenta em seus limites dois importantes pontos de conservação, o parque nacional do Iguaçu localizado no limite da área sul da bacia e o parque nacional de ilha grande no limite norte.

Figura 2.22. Posicionamento da bacia do Paraná 3



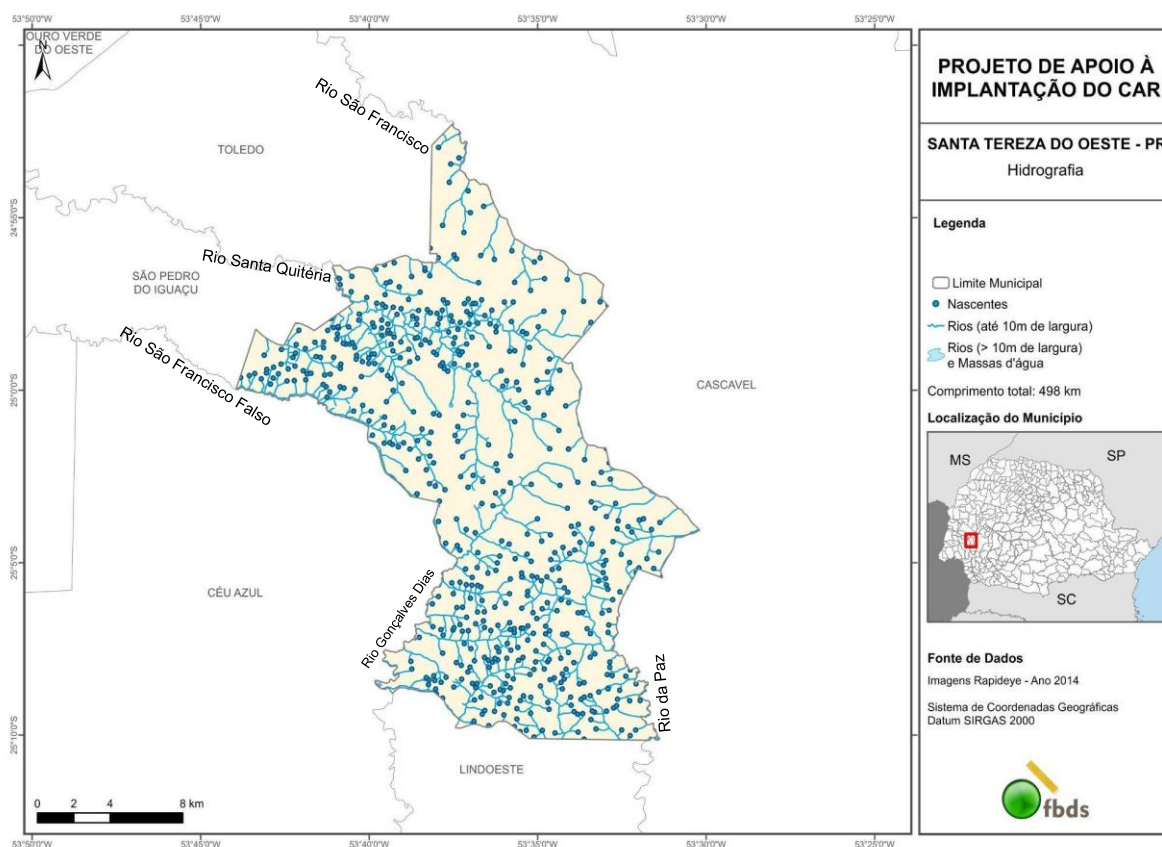
Fonte: Rocha e Bade, 2018

Os rios e córregos do município componentes da Bacia Paraná 3 são: Rio São Francisco Falso e seus afluentes; Rio Central e seus afluentes; Rio Cará e seus afluentes da margem esquerda; os Córregos Braço Norte e Amendoim e seus afluentes; os Córregos Três Alqueires e Separação e seus afluentes; o Córrego Guavirá, Santa Tereza e Piris e seus afluentes; os Córregos Descoberto e Engano e seus afluentes. Fechando a porção Norte, ocorre na zona limítrofe desse extremo norte, o Rio São Francisco.

Os rios e córregos da Bacia do Rio Iguaçu, portanto na porção sul do Município, são: o Rio Gonçalves Dias e seus afluentes; o Rio da Paz (limite leste do município) e seus afluentes; o Córrego Jumelo; o Córrego do Boi Preto e seus afluentes; o Córrego Saltinho e seus afluentes da margem direita, o Córrego Gramadinho e seus afluentes da margem direita; os córregos, Liberal, Sacura, Pombal e Mangabeira e seus afluentes.

Os rios pertencentes ao município de Santa Tereza do Oeste podem ser observados na Figura 2.23.

Figura 2.23. Rios e córregos de Santa Tereza do Oeste-PR

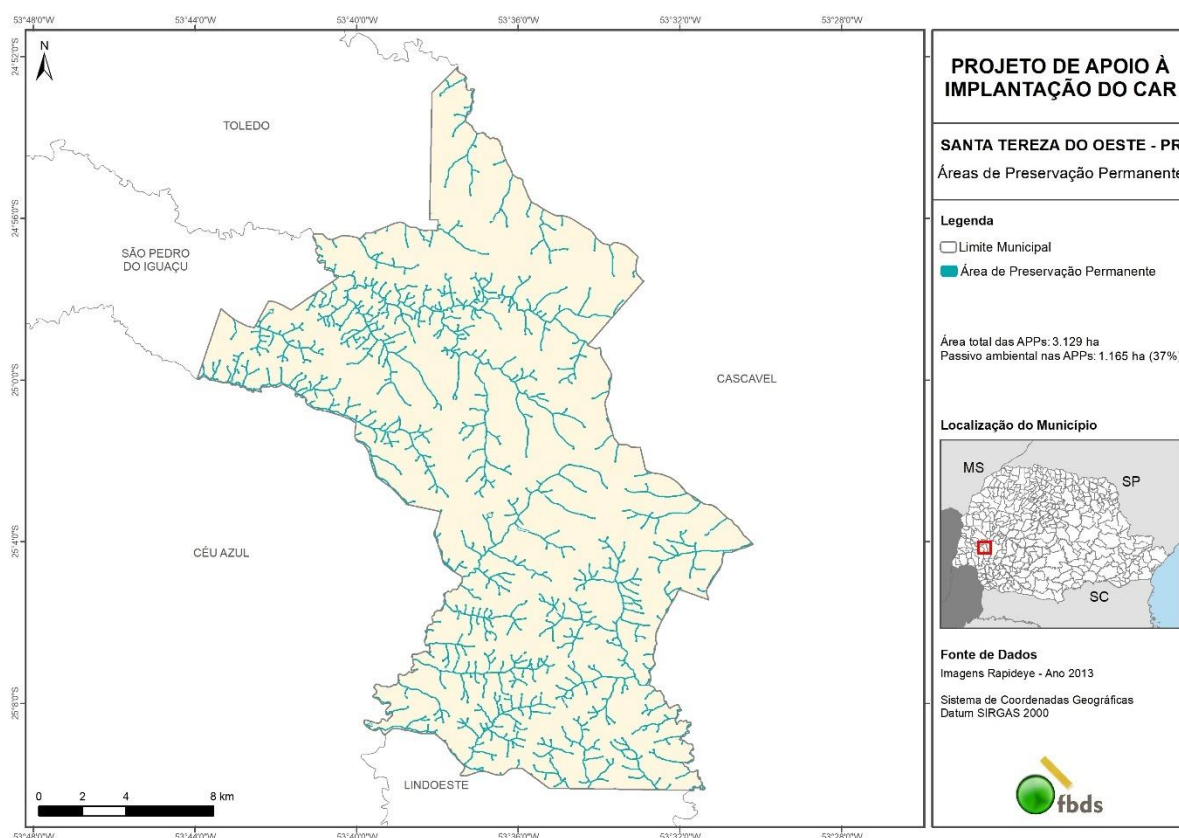


Fonte: CAR, 2010.

Segundo a Lei 4771/1965 que instituiu o Código Florestal, para áreas ao longo dos rios ou de quaisquer cursos d'água, deve existir uma faixa de preservação permanente entre 30 e 500 metros de cada lado dos cursos d'água, que são definidas de acordo com a largura dos mesmos. De acordo com a mesma lei, ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais, nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", deve-se preservar uma faixa de 50 metros ao redor dos mesmos, essas faixas detectam áreas impróprias à ocupação, garantindo assim, a proteção dos fundos de vales.

Desta forma, observa-se que, de acordo com o Código Florestal Brasileiro, os Rios Gonçalves Dias, Santa Quitéria, São Francisco Falso, Rio da Paz e São Francisco devem respeitar a faixa não edificável de 50,00 metros para cada lado de suas margens, por se enquadrar no quesito de rios com largura de 10,00 a 50,00 metros. Os demais rios do Município de Santa Tereza do Oeste devem atender a faixa não edificável de 30,00 metros para cada lado das margens, uma vez que possuem até 10,00 metros de largura. Na área interna ao perímetro urbano, são observados alguns rios ou córregos, que devem ter sua faixa não edificável de 30,00 metros preservadas. As áreas de APP podem ser observadas na Figura 2.24.

Figura 2.24. Áreas de Preservação Permanente-APP em Santa Tereza do Oeste-PR

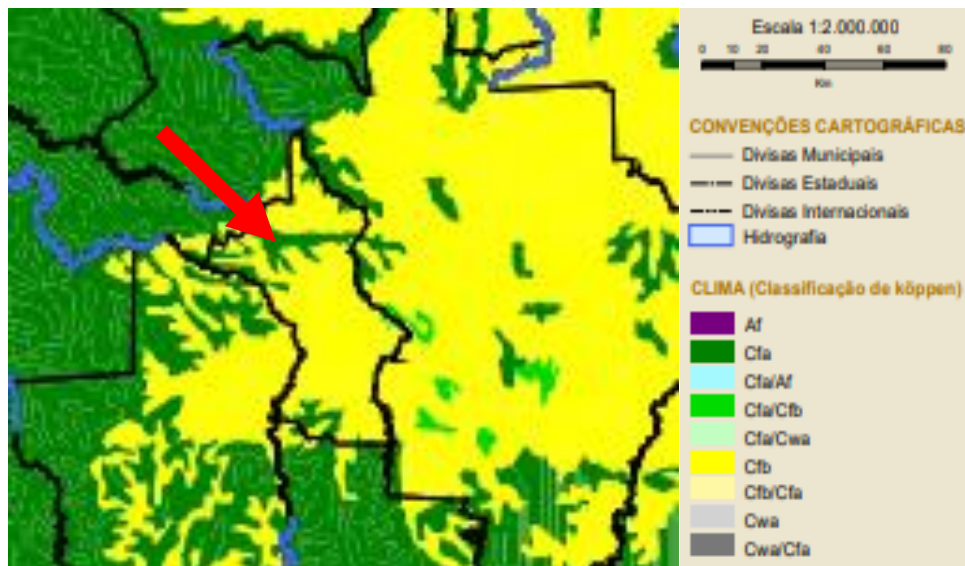


Fonte: CAR, 2010.

2.2.6. Clima

O município de Santa Tereza do Oeste se situa na área de domínio de clima subtropical úmido mesotérmico (Figura 2.25). Apresenta verões quentes e geadas pouco frequentes, as quais costumam ocorrer, quase sempre após os dias de chuva, devido ao vento sul, com ar frio da frente polar.

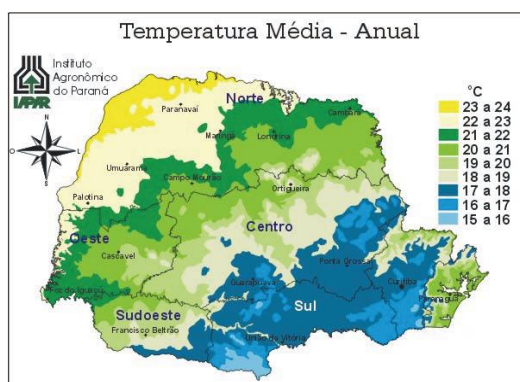
Figura 2.25. Distribuição dos tipos de climas

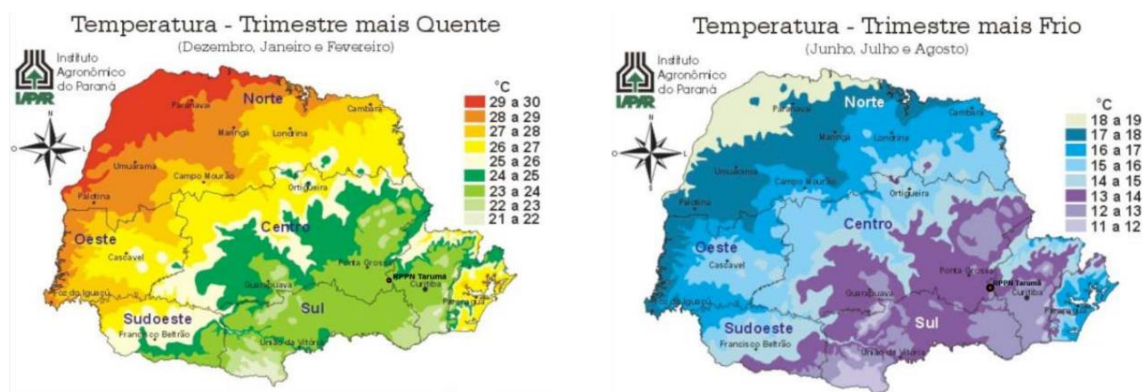


Fonte: IPARDES, 2006.

De acordo com a classificação de Koeppen, no município há a predominância do clima tipo Cfa. Segundo Koeppen a letra “C” significa clima pluvial temperado (mesotérmico), com a temperatura do mês mais frio entre 18º e – 3º C, sendo frequentes as geadas. A letra “f” representa que o clima é sempre úmido, sem estação seca, com chuvas distribuídas em todos os meses do ano. A letra “a” indica que a temperatura do mês mais quente fica acima de 23 ° C.

Figura 2.26. Média da variação da temperatura

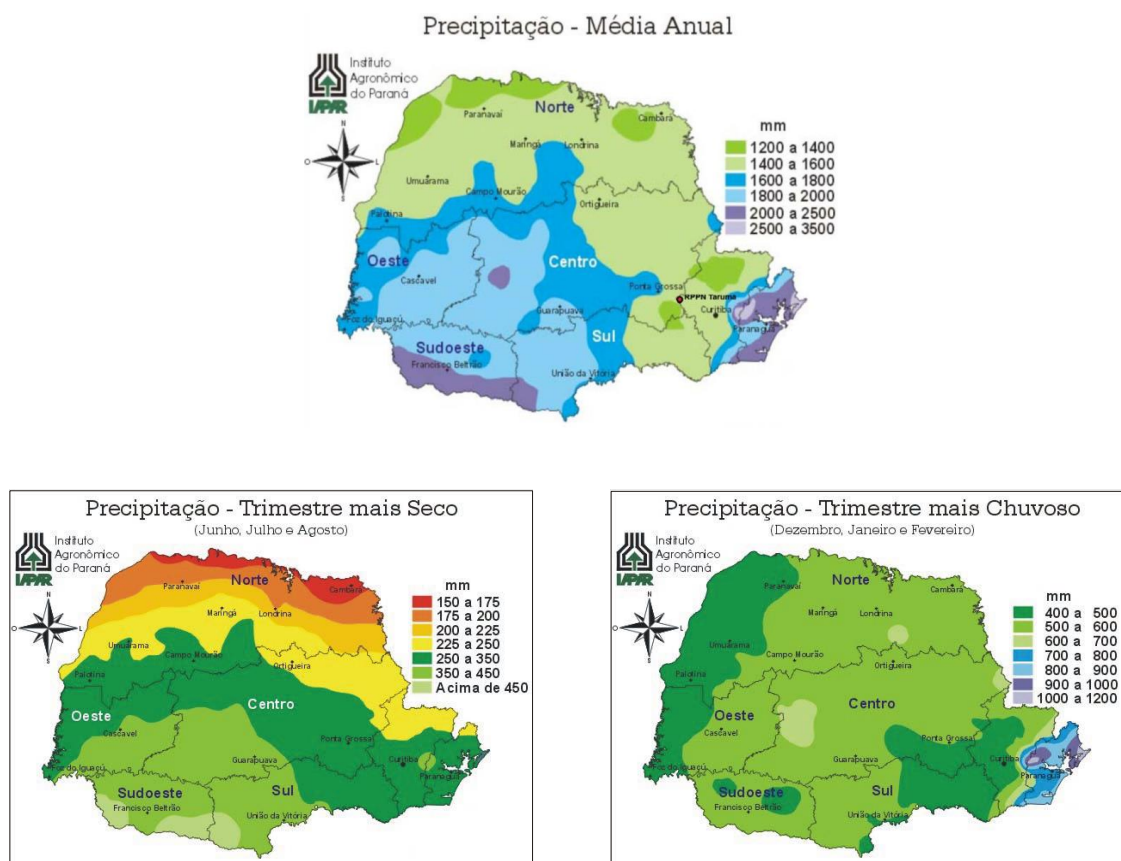




Fonte: IAPAR, 2010.

No que se refere à precipitação, o índice pluviométrico anual varia de 1800 a 2000 mm, com boa distribuição durante o ano todo, sendo que os meses de maior precipitação para a região são: março, abril e maio. A Figura 2.27 mostra variação da precipitação no estado do Paraná e a situação do município no contexto estadual.

Figura 2.27. Média da variação da precipitação



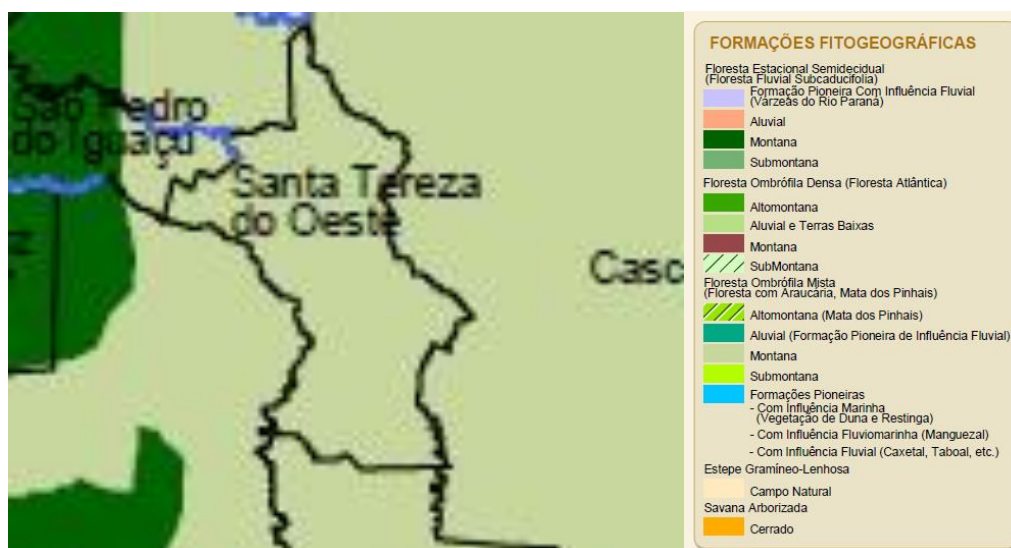
Fonte: IAPAR, 2010.

2.2.7. Vegetação

A vegetação predominantemente no município é a floresta Ombrófila Mista (Figura 2.28), também conhecida como mata-de-araucária ou pinheiral, tem sua composição florística dominada por gêneros primitivas como *Drymis*, *Araucaria* e *Podocarpus*.

As espécies mais conhecidas e de grande valor econômico eram originalmente, o pinheiro (*Araucária Angustifolia*), o cedro (*Cedrela Adorata*), o angico (*Anadenanthera Peregrina*), o louro branco (*Porcelia Macrocarpa*), a peroba (*Aspidosperma Australe*), a canjarana (*Cabralea Canjerana*), a erva-mate (*Ilex Paraguariensis*) e outras.

Figura 2.28. Cobertura vegetal nativa

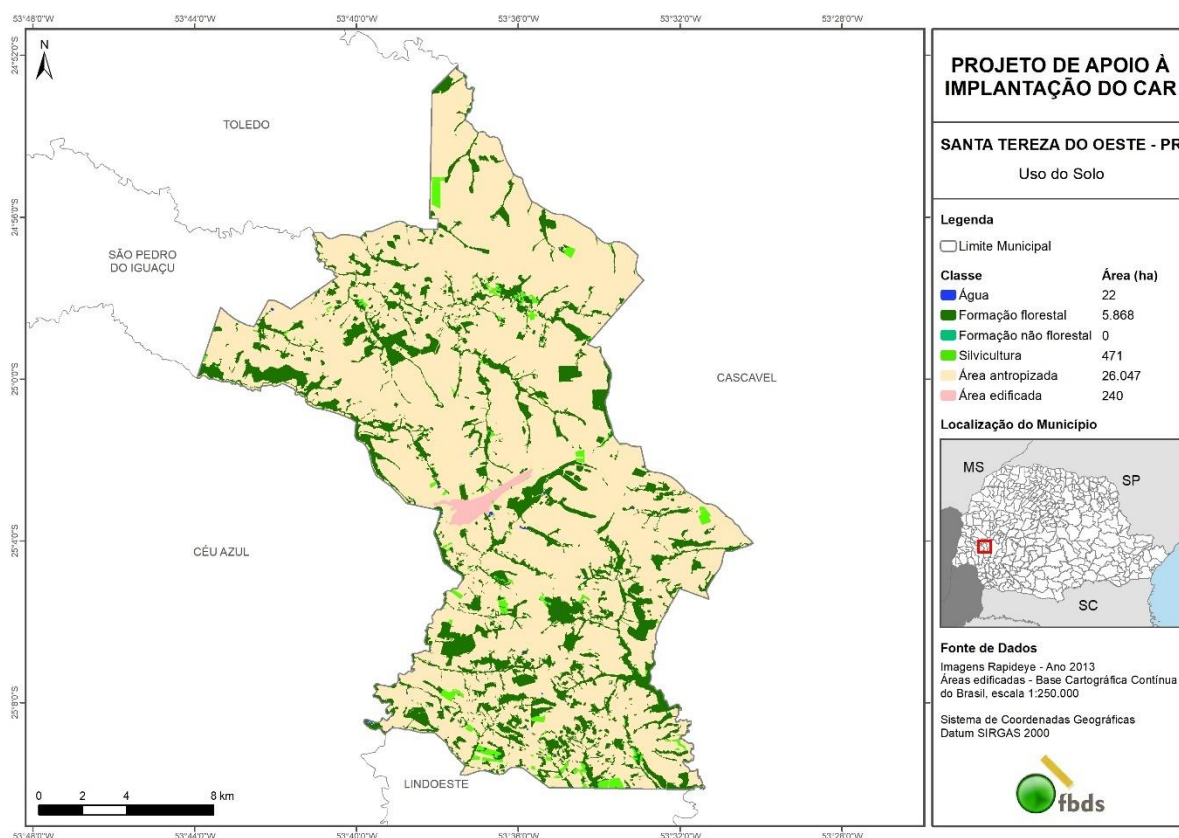


Fonte: IPARDES, 2006.

Conforme o levantamento anterior para a elaboração do plano vigente, o território do município de Santa Tereza do Oeste foi, nas décadas de 60 e 70, quase totalmente devastado pela ausência de planejamento, através da extração madeireira e das atividades agropecuárias. Restavam alguns poucos núcleos remanescentes da mata primitiva e mata secundária, que necessitavam de proteção especial contra a extinção total. O diagnóstico municipal anterior indicou, por exemplo, que a maioria das propriedades não atendia à legislação vigente quanto à proteção da faixa de preservação nas nascentes e ao longo dos rios e córregos do município. Foi nesse contexto que as secretarias do Meio Ambiente e da Agricultura realizaram o trabalho de mapeamento das áreas de preservação permanente, juntamente com a localização das nascentes. Foi criado um banco de dados que precisa ser especializado para orientar o planejamento municipal.

Atualmente é possível identificar que grande parte do município é coberta por áreas de plantio e pasto e que apenas 25% é coberta por florestas, matas e bosques (Figura 2.25).

Figura 2.25. Uso da terra e remanescentes da cobertura vegetal em Santa Tereza do Oeste-PR



Fonte: IPARDES, 2006.

O município não possui levantamento sobre as espécies de fauna, porem devido desmatamento da flora para a prática da agricultura acarretou na agressão e/ou destruição do habitat de diversos animais e aves, além da diminuição alimentar, estes fatores afetam e impedem a reprodução e sobrevivência destes.

2.2.1.1. O Parque Nacional do Iguaçu

Extremo oeste do estado do Paraná, o Parque Nacional do Iguaçu ocupa uma área de 185.262,2 ha., remanescente de Mata Atlântica, floresta que até a década de 60 cobria toda a região. Segundo parque nacional brasileiro, instituído em 10 de janeiro de 1939 através do decreto N° 1.035, possui 420 km de perímetro e 14 municípios no seu entorno, 5 tendo áreas ocupadas pela unidade de conservação, outros 5 fazendo somente divisa direta e 4 municípios apresentam bacias hidrográficas que drenam para o rio Iguaçu, dentre eles o município de Santa Tereza do Oeste.

Vive nessa região cerca de 440 mil habitantes (IBGE/2000), população composta em sua grande maioria por imigrantes dos estados do sul do país, que a partir da década de 50



colonizaram a região. O solo fértil e o relevo propiciaram o desenvolvimento do agronegócio, com destaque para o cultivo de soja, milho e trigo, além do gado de leite e corte, da avicultura e da suinocultura, atividades potencializadas pelas cooperativas agrícolas. Os serviços e a indústria também fazem parte da economia regional.

Em Foz do Iguaçu estão localizadas as Cataratas do Iguaçu, no interior do Parque Nacional do Iguaçu, visitadas anualmente por aproximadamente 1 milhão de pessoas. O Parque encontra-se aberto para visitação também no município de Céu Azul, onde em uma trilha, 1 km de extensão, são realizadas atividades de sensibilização ambiental por voluntários locais. Outro acesso é um circuito de atividades denominado Linha Martins, com início no município de São Miguel do Iguaçu, composto de uma trilha de 3 km, passeio de barco a remo por um afluente do rio Iguaçu e barco a motor pelo próprio rio Iguaçu. A exploração da atividade ocorre através do sistema de concessão de serviços, pela empresa Macuco Ecoaventura e Turismo Ltda.

Com a dimensão e exuberância do Parque Nacional do Iguaçu, a beleza cênica das Cataratas do Iguaçu, a monumentalidade da engenharia da Usina de Itaipu, os serviços turísticos de padrão internacional, entre outros atrativos presentes na região Trinacional. Mas além destes dois ícones do turismo, o Paraná possui potencial para o desenvolvimento de inúmeros outros destinos.

No início do ano de 2003, a administração do Parque Nacional do Iguaçu, ouvindo os anseios da comunidade, entendeu a necessidade da implementação de atividades proativas junto aos 14 municípios do entorno da Unidade, retirando do papel, definitivamente, as ideias e recomendações de várias instituições e consultores que passaram pelo Parque no decorrer dos anos. Considerando também as ameaças enfrentadas pela Unidade de Conservação no seu entorno, dentre elas: a existência de agricultura intensiva na divisa do Parque; rios com alto grau de turbidez pelo carreamento de sedimentos; rios com provável contaminação por agrotóxicos; matas ciliares inexistentes ou insuficientes; áreas degradadas ou com exígua cobertura florestal nas propriedades adjacentes ao Parque; caça e pesca ilegal; extração ilegal de palmito juçara e impasse da “Estrada do Colono” (estrada que cortava o Parque ao meio e fazia a ligação entre o município de Capanema e Serranópolis do Iguaçu).

Percebe-se que é impossível assegurar a integridade da área manejando-a apenas internamente, o relacionamento e ações integradas com o entorno é de extrema importância para a correta gestão e proteção da unidade. O turismo surgiu como mais uma alternativa de desenvolvimento para a região, por representar, quando bem planejada, uma atividade pouco poluente e com envolvimento direto das pessoas que convivem com o Parque, sendo uma variável muito importante na própria conservação da Unidade.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Entorno do Parque Nacional do Iguaçu, representa a conexão das três esferas públicas de governo (federal, estadual e municipal), contando fundamentalmente com a participação e aprovação de toda a comunidade, processo este que uma vez iniciado, tende a consolidar-se como uma estratégia sustentável de crescimento econômico, com benefícios sociais e ambientais diretos para todos os atores envolvidos.

O Parque Nacional do Iguaçu, desde a revisão de seu Plano de Manejo, no final da década de 90, vem se tornando uma alternativa turística cada vez mais completa para quem visita Foz do Iguaçu. Paralelamente, o Plano de Manejo orienta a adoção de medidas de proteção da área do entorno do Parque Nacional do Iguaçu, que abrange outros treze municípios, além de Foz do Iguaçu.

Dentro desta ótica, o Governo Federal, através do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – Parque Nacional do Iguaçu, iniciou as atividades do “Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no entorno do Parque Nacional do Iguaçu”, trazendo o turismo, sobretudo os segmentos rural e ecológico, como alternativa de desenvolvimento e proteção da área periférica de uma das mais imponentes Unidades de Conservação do País.

Figura 2.26. Área de influência do Parque Nacional do Iguaçu



Fonte: Administração do Parque Nacional do Iguaçu. Adaptado.



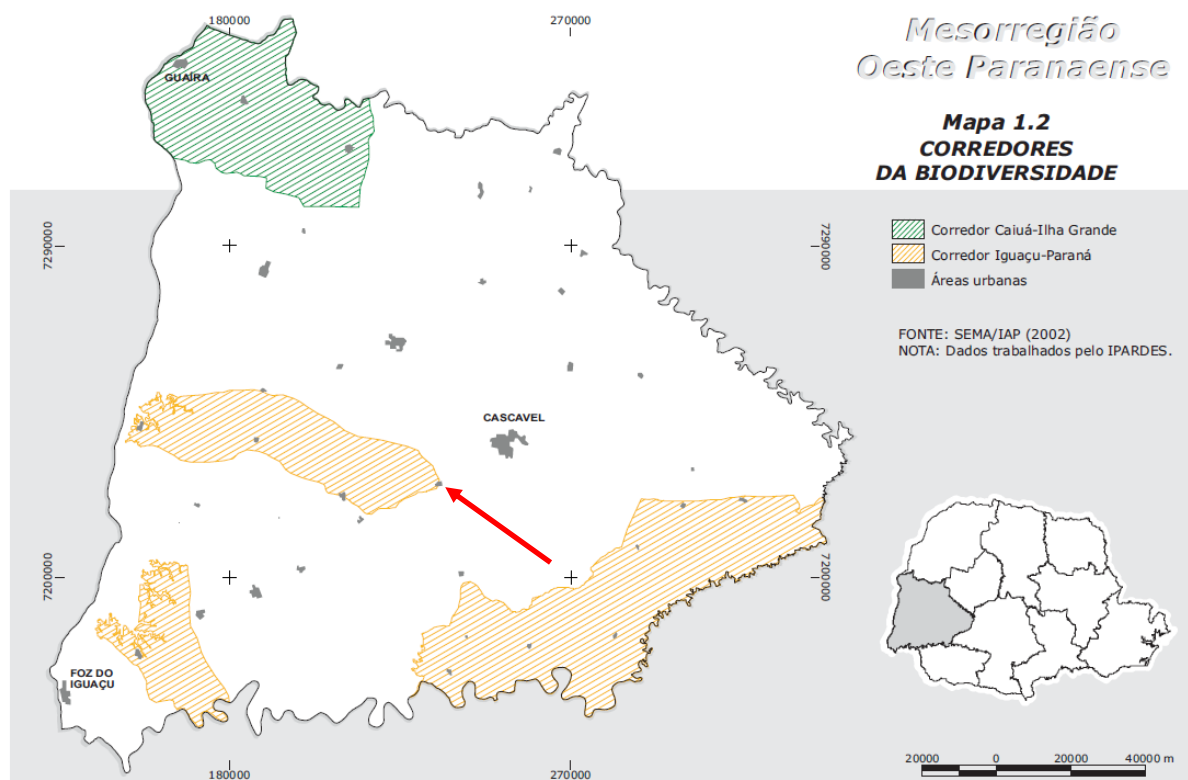
Em janeiro de 2004 a administração do Parque (Ibama) em parceria com o Governo do Estado, através do Ecoparaná, iniciou os trabalhos do Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Entorno do Parque Nacional do Iguaçu. Integram o programa doze municípios do entorno, são eles: Capanema, Capitão Leônidas Marques, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Tereza do Oeste, Céu Azul, Matelândia, Medianeira, Serranópolis do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Foz do Iguaçu.

O trabalho tem por objetivo incentivar o turismo como opção econômica de baixo impacto, estimular o desenvolvimento integrado, detalhar e ampliar o diagnóstico do potencial turístico existente na região, disciplinando o seu uso e planejando-o em conjunto com as comunidades vizinhas. Também vem promover a conservação ambiental, a criação e o fortalecimento de associações e cooperativas visando a sustentabilidade da atividade turística

O Programa contemplou questões relativas à regularização ambiental das propriedades rurais em reuniões realizadas em cada um dos municípios, com a participação do órgão ambiental do estado (Instituto Ambiental do Paraná – IAP), e o órgão federal (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama). Na oportunidade cada agricultor pode expor sua realidade e conhecer os procedimentos e medidas legais cabíveis em cada um dos casos, como averbar reserva legal, proteger matas ciliares e licenciar atividades econômicas e potencialmente poluidoras. Os municípios demandam ainda projetos que contribuam para a melhoria ou implementação do Programa, sempre tendo como base o planejamento regional e a realidade de cada comunidade.

De acordo com a Resolução Conjunta SEMA/IAP Nº 005/2009, que estabelece e define o mapeamento das Áreas Estratégicas para a Conservação e a Recuperação da Biodiversidade no Estado do Paraná, a porção sudoeste do município de Santa Tereza do Oeste está inserido em Área Estratégica para Restauração da Biodiversidade. De acordo com o segundo parágrafo da supracitada resolução, as áreas estratégicas para recuperação são aquelas essenciais para a manutenção dos fluxos biológicos, para a formação de corredores ecológicos e manutenção da estabilidade física do ambiente.

Figura 2.27. Corredor de Biodiversidade Iguaçu- Paraná



Fonte - IPARDES, 2008.

2.3. ASPECTOS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS

O município de Santa Tereza do Oeste, segundo o Censo Demográfico do IBGE (Tabela 2.2), em 2000 possuía 10.754 habitantes, já em 2010 registrou 10.332 habitantes, já em 2021, o município conta com uma população estimada de 10.055 habitantes (IPARDES, 2018), resultando em uma densidade demográfica de 31,10 habitantes/km².

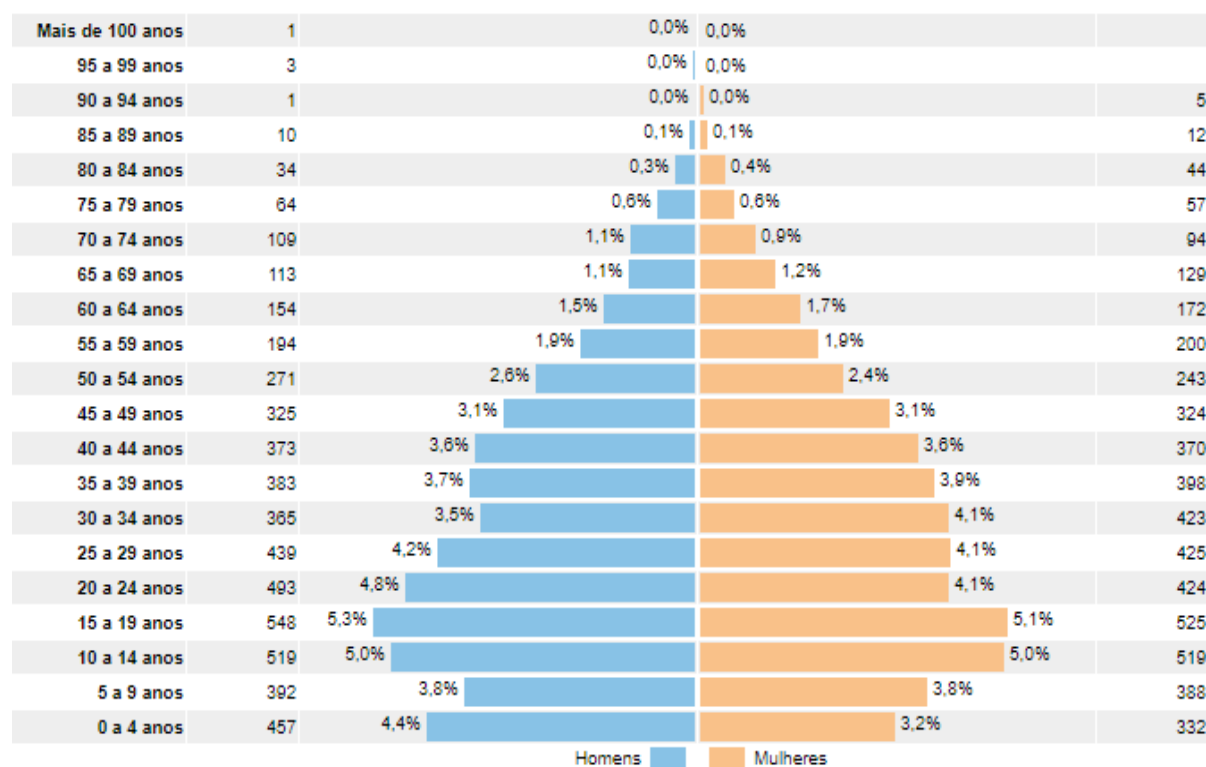
Tabela 2.2. Evolução da população entre 1970 a 2021

Período	Urbana	Rural	Total	Densidade Demográfica
2000			10.754	32,97 hab/km ²
2010	8.035	2.297	10.332	30,75 hab/km ²
2021			10.055**	31,10 hab/km ²

* Não divulgados; ** Estimativa IPARDES (2018);

Na composição da população por sexo (IBGE,2010), se mostrou contrário à média do conjunto do Estado, apresentando tanto na faixa mais jovem e na do grupo etário acima de 40 anos o número de homens superior ao de mulheres (Figura 2.27).

Figura 2.27. Pirâmide Etária de Santa Tereza do Oeste (2010)



Fonte: IBGE, 2010.

Tabela 2.3. Distribuição da população por faixas etárias em 2010

Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	457	332	789
5 a 9 anos	392	388	780
10 a 14 anos	519	519	1038
15 a 19 anos	548	525	1073
20 a 24 anos	493	424	917
25 a 29 anos	439	425	864
30 a 39 anos	748	821	1559
40 a 49 anos	698	694	1392
50 a 59 anos	465	443	908
60 a 69 anos	267	301	568
70 anos ou mais	222	212	434
Total	5248	5084	10332

Fonte: IBGE, 2011.

Em relação a ocupação dos domicílios do município, de acordo com IBGE (2010) existem 1.986, sendo que 1.153 em área urbana e 835 rurais. Deste total, 1.312 são próprios, 1.986 são permanentes, onde 575 são ocupados por famílias de até 02 pessoas, 467 com famílias de 03 pessoas, 362 com famílias de 04 pessoas e 214 com famílias acima de 05 pessoas, conforme Tabela 2.4.

Tabela 2.4. Número de famílias, em domicílios particulares permanentes

COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS	Nº DE FAMÍLIAS
Com até 2 pessoas	903
Com 3 pessoas	999
Com 4 pessoas	737
Com 5 pessoas	278
Com 6 pessoas ou mais	125
TOTAL	3.043

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra

NOTA: Posição dos dados, no site da fonte, 20 de agosto de 2014

A partir destes dados, verifica-se que pode ocorrer uma expansão no número de habitantes dos domicílios está ocorrendo pela migração, já que as famílias estão em número menor.

No que se refere as estruturas públicas que atendem estes domicílios, como abastecimento de água, energia elétrica, o município atende mais de 99% da população (Tabela 2.5). Porém no que a Coleta de lixo, o município apenas atende 84,44% dos domicílios e em relação ao esgotamento sanitário não existe um sistema de rede de coleta.

Tabela 2.5. Atendimentos de serviços públicos nos domicílios – 2010

Características	Nº de domicílios
Número de domicílios particulares permanentes	3.200
Abastecimento de água (Água canalizada)	3.187
Esgotamento sanitário (Banheiro ou sanitário)	3.194
Destino do lixo (Coletado)	2.702
Energia elétrica	3.181

Fonte: IPARDES (2018);

Em relação aos serviços públicos do município, nota-se que o grande gargalo está em relação ao esgotamento sanitário. Desta forma, o município tem a necessidade da implantação de um sistema de esgotamento sanitário, já que este não existe, realizando parcerias com os governos estadual e federal, bem como, com a empresa de saneamento que atende o município.

Quando se buscam os dados relacionados ao nível de instrução, nota-se que grande parcela da população, ainda tem baixa instrução, sendo que mais de 50% da população encontra-se sem instrução ou não completou a Ensino Fundamental, conforme Tabela 2.6.

Tabela 2.6. Nível de instrução da população em 2010

Nível de instrução	Numero	Porcentagem (%)
Sem instrução ou Fundamental incompleto	4.862	55.58%
Fundamental completo ou Médio Incompleto	1.882	21.52%
Médio Completo ou Superior Incompleto	1.613	18.44%
Superior Completo	360	4.12%
Não declarado	30	0.34%
Total	8.748	100

Fonte: IPARDES (2018);

Outro setor que existe a necessidade de atenção está em relação ao atendimento educacional, já que o nível de instrução é baixo. Isso dificulta investimentos em determinados setores, principalmente naqueles que precisam de uma mão de obra mais qualificada, ou que exija níveis de instrução mais elevados.

Em relação ao crescimento do município, o mesmo apresenta em 2020 uma taxa bruta de natalidade de 21,69 por mil habitantes e de mortalidade geral de 7,13 por mil habitantes (IPARDES, 2020), resultando em um crescimento de 14,56 por mil. Um cenário bem diferente de



2010, que era de 11,43 por mil, ou seja, ocorre ainda o aumento, porém em um ritmo menos acelerado.

Considerando os componentes do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Esperança de vida ao nascer; Taxa de frequência escolar (pessoas de 7 a 22 anos); Taxa de alfabetização de adultos; e Renda *per capita*, observa-se que o melhor desempenho está associado à realização de políticas públicas, especialmente na área da educação (TABELA 2.7).

Nota-se, diante dos dados, que a expectativa de vida no município aumentou nos últimos anos, destacando a melhoria do atendimento de serviços básicos de saúde. Da mesma forma, no setor da educação, a alfabetização e a frequência bruta escolar também aumentaram, dado percebido no IDHM Educação, embora o município apresente nível de escolaridade baixo.

Tabela 2.7. Indicadores e evolução do IDH-M de Santa Tereza do Oeste-PR

INDICADORES	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	64,16 anos	68,30 anos	73,47 anos
Taxa de alfabetização de adulto	19%	33%	47%
Taxa bruta de frequência escolar	23%	60%	72%
Renda per capita	252,45 (1,00)	348,17 (1,00)	573,27(1,00)
IDHM-L longevidade	0,653	0,722	0,808
IDHM-E educação	0,219	0,496	0,632
IDHM-R renda	0,555	0,606	0,686
IDH-M	0,430	0,601	0,705
Classificação IDH-M na UF	219	183	207

Fonte: IPARDES,2022.

2.4. ASPECTOS ECONOMICOS

A atividade econômica predominante, segundo a Análise Técnica Integrada do Plano Diretor de 2009 era a agropecuária, com predomínio de pequenas propriedades que produzem leite e grãos, seguido da criação de gado de corte. Em dados da série revisada do IBGE 2019, com referência o ano de 2010, seguindo a nova referência das Contas Nacionais, a agropecuária segue sendo a atividade econômica predominante, como pode ser observado na Tabela 2.8.

Tabela 2.8. Indicadores e evolução do PIB de Santa Tereza do Oeste-PR por atividades econômicas

Atividade Econômica	PIB (2010)	Porcentagem PIB total (2010)	PIB (2019)	Porcentagem PIB total (2019)
Agropecuária	R\$ 44.394,00	27,18%	R\$ 71.542,26	18,89%
Indústria	R\$ 21.101,00	12,92%	R\$ 80.322,14	21,21%
Serviço (exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social)	R\$60.643,00	37,13%	R\$ 127.700,90	33,72%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	R\$21.758,00	13,32%	R\$ 52.856,98	13,96%
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	R\$15.437,00	9,45%	R\$ 46.322,56	12,23%
TOTAL	R\$ 151.913,00	100%	R\$ 378.744,85	100%

FONTE: IBGE, 2019

O setor do agronegócio ficou entre as áreas de atenção prioritárias para a administração municipal, dada a sua importância. A forma de execução destas atividades, deveria ser executada por organização de grupo de trabalho para a discussão das oportunidades possíveis, integração com entidades com atuação na área, para capacitação dos produtores, atualização do plano de desenvolvimento rural do Município, com o estabelecimento de cooperativas de pequenos e médios agricultores, elaboração de Programa de implementação e assistência às cooperativas.

Dados do Censo Agropecuário de 2020 apontam que desde 2010 ocorreram várias alterações no setor agropecuário, em relação a forma de produtividade e características das propriedades.

Em relação à condição de posse dos estabelecimentos, nota-se que mais de 86,70% são produtores individuais, porém ainda encontramos outras modalidades, como arrendatários, parceiros entre outros, conforme observa-se na Tabela 2.9.

Tabela 2.9. Condição do produtor em relação às terras

Condição do Produtor	Estabelecimentos	Área (ha)
Proprietário, inclusive os coproprietários de terras tituladas coletivamente	312	23.658
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	11	3.334
Arrendatário	40	
Parceiro	3	
Comodatário	6	
Ocupante	17	295
TOTAL	386	27.287

FONTE: IBGE, 2017

A economia do município tem como base principal a agricultura, voltada principalmente para a produção de soja. Assim, as áreas de lavoura ocupam cerca de 67,02% da área produtiva do município. Em seguida, o setor pecuário, que ocupa aproximadamente 11,85%, conforme observa-se na Tabela 2.10.

Tabela 2.10. Estabelecimentos agropecuários segundo as atividades econômicas - 2018

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Área (Ha)
LAVOURAS	471	18.287
Lavoura temporária	321	18.042
Lavoura permanente	150	245
Cultivo de Flores		
PASTAGENS	279	3.235
Pastagens naturais	49	365
Pastagens plantadas em boas condições	224	2.859
Pastagens plantadas em más condições	6	11
MATAS OU FLORESTAS	346	5.378
Naturais	11	184
Naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	308	4.994
Florestas plantadas	24	198
Área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	3	2
TOTAL	389	27.287

FONTE: IBGE, 2017

Em relação aos tipos de produtos produzidos, pode-se dividir a produção entre temporária e permanente. Neste sentido, nota-se que a grande cultura temporária cultivada em Santa Tereza do Oeste é soja, seguida de milho, trigo e feijão (Tabela 2.11.).

No que se refere a culturas permanentes (Tabela 2.12.), o cultivo de uva é o que mais ocupa área, seguido do cultivo de erva-mate. A fruticultura vem assumindo importante papel na região, com a produção sendo incentivada por programas governamentais, assim, espera-se que

nos próximos anos o espaço ocupado por esta atividade cresça, dada as oportunidades e incentivos encontrados no setor.

Tabela 2.11. Área colhida, produção e rendimento médio em culturas temporárias - 2020

Tipo de cultura	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (kg/ha)
Amendoim (em casca)	2	4	2.000
Arroz (em casca)	22	46	2.091
Aveia (em grão)	50	90	1.800
Cana-de-açúcar	10	500	50.000
Cebola	1	11	11.000
Feijão (em grão)	200	314	1.570
Mandioca	65	1.345	20.692
Melancia	3	45	15.000
Milho (em grão)	14.150	104.565	7.390
Soja (em grão)	16.360	71.166	4.350
Tomate	1	38	38.000
Trigo (em grão)	8.000	20.288	2.536

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal (PAM), 2020

Tabela 2.12. Área colhida, produção e rendimento médio em culturas permanente - 2020

Tipo de cultura	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (kg/ha)
Abacate	3	51	17.000
Banana (cacho)	10	205	20.500
Caqui	2	21	10.500
Erva-mate	15	57	3.800
Figo	1	5	6.000
Goiaba	2	21	10.500
Laranja	9	140	15.556
Limão	2	21	10.500
Maça	1	8	8.000
Manga	3	42	14.000
Pêssego	4	26	6.500
Tangerina	8	129	16.125
Uva	17	128	7.529

FONTE: IPARDES, 2022

Em relação à produção da pecuária, galináceos ligados à produção para carne apresentam rebanhos muito representativos (Tabela 2.13.), sendo responsáveis por grande parcela da receita municipal no setor da pecuária com 1.120.000 unidades. Como estas atividades apresentam uma fonte de renda contínua, espera-se um aumento do rebanho nos próximos anos.

Isso se justifica pelo fato de que os agricultores buscam uma estabilidade financeira na propriedade, bem como, o incentivo em projetos de fomento e capacitação dos órgãos públicos e da abertura de crédito para estas atividades.

Tabela 2.13. Efetivo dos rebanhos em 2021

Efetivos	Números
Bovinos	7.500
Equinos	280
Galináceos	1.120.000
Suínos	13.893
Ovinos	911
Bubalinos	-
Caprinos	65
Ovinos	220
Vacas Ordenhadas	2.085

FONTE: IPARDES, 2020.

Encontra-se ainda, muitos produtos oriundos da atividade pecuarista (Tabela 2.14.), que também representam uma importante fonte de renda para as propriedades e fomentam a economia do município.

Tabela 2.14. Produção de origem animal - 2020

Produtos	Produção
Casulos do bicho-da-seda	-
Lã	-
Leite	10.350 (mil/litros)
Mel de abelha	8.500 (kg)
Ovos de codorna	3 (mil/dúzia)
Ovos de galinha	402 (mil/dúzia)

FONTE: IPARDES, 2020

2.4.1 Emprego e Renda

Segundo o levantamento do Censo 2010 do IBGE quanto aos dados relativos a emprego, verifica-se que aproximadamente de 49,93% da população é economicamente ativa. Dos 3.200 domicílios particulares permanente, apenas 60 não tem rendimento.

Tabela 2.15. Classe de rendimento nominal mensal domiciliar

Classe de rendimento nominal mensal domiciliar	Nº de domicílios	Porcentagem de domicílios
Sem rendimento	60	1.88%
Até ½ salário mínimo	58	1.81%
De ½ a 1 salário mínimo	319	9.97%
De 1 a 2 salários mínimos	883	27.59%
De 2 a 5 salários mínimos	1.309	40.91%
De 5 a 10 salários mínimos	449	14.03%
De 10 a 20 salários mínimos	88	2.75%
Mais de 20 salários mínimos	34	1.06%
Total	3.200	100,00%

FONTE: IPARDES, 2010

Segundo os padrões governamentais, “baixa renda” refere-se a cidadãos cuja renda per capita mensal familiar não ultrapasse a metade de um salário-mínimo, ou seja, R\$ 550,00. Ademais, são também famílias cuja renda não ultrapasse os três salários-mínimos da renda total mensal. Das famílias do município, 1320 famílias recebem de até 2 salários mínimos. Portanto, o município de Santa Tereza do Oeste apresenta 41,25% dos domicílios em situação de baixa renda.

De acordo com dados do IBGE (2010) a população em idade ativa o Município é de 8.748 habitantes, enquanto que a população economicamente ativa é de 5.145 pessoas e a população ocupada é de 5.021 pessoas, portanto a taxa de atividade é de aproximadamente 57,39%.

Observa-se na Tabela 2.16. que das pessoas ocupadas, aproximadamente 44,36%, trabalham no setor de serviços, seguido pela indústria (22,44%), pela agropecuária (17,10%) e 8,3,2% no comércio. O índice de desemprego no Município de Santa Tereza do Oeste é de 24,11% em relação à população economicamente ativa (IPARDES, 2010).

Tabela 2.16. População ocupada segundo as atividades econômicas-2010

Atividades Econômicas	Nº de pessoas	Porcentagem de pessoas
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	859	17.10%
Indústrias extrativas	16	0.32%
Indústrias de transformação	1.111	22.12%
Eletricidade e gás	4	0.08%
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	50	1.00%
Construção	418	8.32%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	808	16.09%
Transporte, armazenagem e correio	186	3.70%
Alojamento e alimentação	206	4.10%
Informação e comunicação	41	0.82%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	13	0.26%
Atividades Imobiliárias	4	0.08%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	61	1.21%
Atividades administrativas e serviços complementares	87	1.73%
Administração pública, defesa e seguridade social	197	3.92%
Educação	179	3.56%
Saúde humana e serviços sociais	86	1.71%
Artes, cultura, esporte e recreação	26	0.52%
Outras atividades de serviços	130	2.59%



Serviços domésticos	248	4.94%
Atividades mal especificadas	292	5.81%
Total	5.021	100,00%

FONTE: IPARDES, 2010

Nesse contexto de grandes diferenças sociais, os desafios para a grande maioria dos municípios, quanto à redução da pobreza e, consequentemente, quanto ao alcance de ganhos no IDH-M, têm suas possibilidades associadas principalmente a investimentos do poder público nas áreas tradicionais da saúde e da educação, uma vez que intervenções que se reflitam na renda têm determinantes muito mais complexos e fortemente condicionados a decisões do setor privado.



CONSULTORIA CONTRATADA
FAROL CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PROJETOS LTDA

COORDENAÇÃO GERAL DA CONSULTORIA

Roberto Aloysio Goergen
Engenheiro Civil, CREA PR 94015/D

EQUIPE TÉCNICA CONSULTORIA

Rodrigo Maschio De Freitas
Arquiteto e Urbanista, CAU PR 00A1075365

Inácio M. Rodrigues Pereira
Economista, CORECON/PR 7576

José Francisco De Gois
Geógrafo, CREA PR-199212/D

Taíse Signorini
Psicóloga, CRP-08/13336

Evandro Alif Bolba Barbieiro
Advogado, OAB 60847

José Pedro Gomez Filho
Médico Veterinário

Daniela Theresa Damiani
Pedagoga

Sônia Marta Schwingel
Pedagoga

COORDENAÇÃO MUNICIPAL

Vera Lucia Biss
Controle Interno

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Roberto Willian Damiani
Arquiteto/Secr. Planejamento

Nelson Kazuhiko Tomita
Topógrafo/Secr. Planejamento

João Felipe Werle
Engº Civil/ Secr. Planejamento

Silvana Bedolini de Sá
Secretaria de Planejamento

Cézar Paulo Lazzarotto
Departamento Jurídico

Antônio Carlos da Silva
Secretaria do Meio Ambiente

Jonathan Hoff
Secretaria do Meio Ambiente



Fernando Silveira Félix
Defesa Civil

Rosane Bressiane Compagnon
Secretaria de Agricultura

Algenir Antônio Renosto
Secretaria de Agricultura

Raquel Ianoski
Departamento Tributação

Maria Celoi Ranghetti Quadri
Departamento Tributação

José Maria Alves Martins
Tecnologia

Pedro Jorge de Souza
Imprensa